



# Anais da Assembléia

39

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

<sup>a</sup> 1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 27. SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1.987  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Acyr Mezzadri, Cândido Bastos, Gernote Kirinus, Homero Oguido e Irondi Pugliesi (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 178/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 93/86, em vista da premência da adoção das medidas propostas, atendendo à reivindicação de milhares de microempresários do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. NILZA AGE, pessoa de família tradicional, ocorrido em 21/04 do corrente ano, no Município de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do seu esposo, Sr. Gilber Age, residente à Rua Generoso Marques, 2150, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) ACYR MEZZADRI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata um voto de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Nelson Theodoro Fenger, DD. Prefeito Municipal de Imbituva-PR, pela sua eleição e posse na Presidência da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná - AMCESPAR.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) VERA AGIBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de louvor à Câmara Municipal e Prefeitura Municipal de Goioerê pela elaboração da "Carta Aberta", enviada às autoridades da área econômica e ao Presidente José Sarney, solicitando redução dos juros bancários e suspensão do pagamento da dívida dos agricultores, comerciantes e industriais, contraídas junto aos bancos.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O documento "Carta Aberta" reflete não só a realidade das classes produtoras de Goioerê, mas de todo o povo paranaense.

A redução dos juros bancários é uma necessidade imediata para a regularização das relações de comércio, e a suspensão dos pagamentos representa um apoio indispensável aos setores produtivos desta Nação.

Portanto, ao se tornarem signatários do citado documento, os Srs. Paulo Koike, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Goioerê, Bernardino Sena, Presidente da Câmara Municipal, Fuad Kfuri, Vice-Prefeito; Juarez Paulo da Silva, Presidente da Associação de Microempresas e Júlio Okada, representante da Cooperativa Agropecuária de Goioerê - COAGEL, traduziram a realidade que atinge todo o Estado do Paraná e que clama por solução.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de solidariedade ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pelos relevantes serviços prestados à Nação, externando os cumprimentos e o respeito da população paranaense, esperando do novo Ministério a continuidade de seu pensamento e trabalho, elevando assim os interesses de nosso País.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja dada Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 40/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 37/87.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeremos, com base no Regimento Interno, a retirada da Ordem do Dia e o Arquivamento, do Projeto de Lei n. 200/86, de nossa autoria.

Sala das Sessões em 28.04.87.

(aa) ANIBAL KHURY e  
NELSON VASCONCELLOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviada solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde Pública, reivindicando a instalação de um Posto de Saúde, na localidade de São Caetano, Muni-

cípio de Balsa Nova.

Apesar do desamparo causado pela política agrícola de nosso País, cuja consequência acarretou o êxodo rural, a região de São Caetano conseguiu ainda manter a concentração de grande número de trabalhadores no campo, o que tem exigido a adoção de medidas que lhes garantam assistência às suas inúmeras dificuldades.

Fazendo parte dessa política assistencial está a instalação de um posto de saúde naquela localidade, tendo em vista que a falta de assistência à saúde dos moradores daquela região tem sido altamente prejudicial, principalmente às famílias de menor poder aquisitivo, dentre aquelas que prestam serviços de mão-de-obra temporária, chamadas vulgarmente de "bóias-frias".

Diante das relevantes razões que se apresentam, é de se esperar o imediato atendimento do presente pedido, dada a sua inquestionável importância para os trabalhadores daquela região.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviada solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de designar um escrivão de polícia para atuar junto à Delegacia Policial do Município de Balsa Nova.

As aspirações daquele povo estão a designar um escrivão de polícia para prestar serviços naquela delegacia, uma vez que, atualmente, a atuação policial está sendo prejudicada pela insuficiência do trabalho burocrático de escrivania na referida Delegacia.

É de suma importância que, no menor prazo possível, seja dado atendimento, por parte dessa Pasta, ao presente pedido que visa proporcionar a melhoria da prestação dos serviços policiais em Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação, no sentido da implantação do ensino de Segundo Grau, no Município de Balsa Nova.

A concentração de grande número de pequenas propriedades agrícolas naquele Município, como verdadeira base de sustentação sócio-econômica da região, ocasionou o es-

tágio de desenvolvimento atualmente alcançado pelo Município de Balsa Nova.

Em razão de tais fatores, torna-se imperioso que aquela população possa ter, efetivamente, condições que garantam a possibilidade e o bem-estar da educação aos seus habitantes.

Cabe ressaltar que a implantação do ensino de Segundo Grau é uma reivindicação antiga daquela região, sendo que nos últimos anos a evasão escolar ocorrida nos estabelecimentos escolares do município aumentou consideravelmente, principalmente em decorrência da impossibilidade de os jovens continuarem seus estudos.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando sejam os próprios públicos do Município de São José dos Pinhais, adequados e melhorados, bem como sejam aumentados os efetivos da Polícia Civil e Militar, naquele Município.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(aa) RAUL LOPES e

ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

De há muito tempo a comunidade municipal de São José dos Pinhais vem clamando por melhorias no sistema de Segurança Pública, o qual encontra-se desfalcado de meios, homens e materiais, havendo a urgência de avaliação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado um ofício ao Coordenador do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense - PRODAP, solicitando informações sobre a programação prevista para o corrente ano, nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) VERA AGIBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente o Excelentíssimo Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando na inclusão do Programa de "Rodovias Rurais", o asfaltamento do trecho Porto Mendes - Mercedes, no Município de Mal. Cândido Ron-

don.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista havermos solicitado, em requerimento anterior, o asfaltamento do trecho Iguiporã a Porto Mendes, solicitando no presente, o asfaltamento do trecho Porto Mendes - Mercedes, de modo a integrar os três Distritos, havendo, desta forma, possibilidades de maior intercâmbio entre os moradores destes Distritos, bem como facilitando o escoamento da produção para a sede.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Ilustre Governador Álvaro Dias e ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando os estudos necessários para a efetivação do asfaltamento da rodovia municipal que liga o Patrimônio do Rio Branco - Flórida do Ivaí - Cidade de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função da grande população rural existente nessas localidades, bem como o enorme potencial agrícola que, sem sombra de dúvidas, irá contribuir para o escoamento da produção, meta prevista no programa estabelecido pelo Governo Estadual.

Da presente, requer sejam enviadas cópias do presente para a Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal de Grandes Rios.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja determinado o envio de expediente à Rede Bandeirantes de Televisão e Organização Martinez, congratulando-as pela louvável e auspiciosa campanha que vem promovendo, através do programa "Viva Vida", numa demonstração eloqüente de combate e alerta contra o uso e abuso das drogas em nosso País.

Sala das Sessões em 28.04.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O objeto do presente requerimento tem por finalidade, registrar nos Anais desta Colenda Casa de Leis, os cumprimentos e

congratulações à Rede Bandeirantes de Televisão e Organização Martinez, em razão da campanha que encetou e vem promovendo, através do Programa "Viva Vida", de relevante interesse social e que visa dar um grito de combate e alerta ao uso e abuso da droga que vem flagelando e destruindo parte de nossa mocidade.

Programas como estes, no momento em que o mundo se desperta para combater esse mal, com medidas preventivas e educativas, inclusive, de acirrado combate ao tráfico que conduz a praga ao consumo, justo e merecido que se louve a iniciativa dessas duas grandes organizações e que sirva de exemplo que os nossos canais de televisão, possam, também, imitá-las.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Sua Excelência o Sr. Presidente da República e ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, solicitando a alteração do Art. 2.º da Lei Federal n. 7256/84, que estabelece a base de cálculo para o limite de faturamento para microempresa, revogando as disposições em contrário e passando a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º - Consideram-se microempresas, para os fins desta lei, as pessoas jurídicas e as firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor de 10.000 (dez mil) OTN's (Obrigações do Tesouro Nacional), tomando-se por referência o VALOR MÉDIO destes títulos de janeiro a dezembro do ano-base.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o congelamento dos preços de 1.º de março/86, a 28 de fevereiro/87, instituído pelo Decreto-Lei n. 2284, o valor da OTN ficou igualmente congelado pelo mesmo período, gerando uma série de distorções e ficando totalmente defasado.

Tanto que o Governo reajustou em 70,7% o valor da OTN em março/87. A partir daí, há correções mensais nos valores das OTN's.

Assim, há necessidade de uma definição cada vez mais justa para o enquadramento de microempresas, uma vez que, com o retorno da inflação, são imprevisíveis as variações que poderão ocorrer mês a mês.

A perdurar a situação atual, milhares de empresas perderão os incentivos assegurados em lei, (o que poderá ocorrer a mais de 70% delas), o que as levará a uma situação desesperadora, pois já estamos con-

vivendo com a recessão, com a especulação financeira, as altas taxas de juros e a inflação sem controle.

As consequências seriam o fechamento de grande parte destas empresas, a sonegação fiscal e a volta da economia invisível.

Esperamos o bom senso e a compreensão dos Srs. Parlamentares, no sentido de se assegurar a urgente tramitação ao presente Projeto de Lei, para que se possa evitar o estrangulamento fiscal e financeiro das microempresas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, da Secretaria de Estado dos Transportes.

Consustanciado em apelo no sentido de que aquele órgão efetue a colocação de sinalização no trevo de acesso à Indústria Fecularia Lorenz, situado entre o Distrito de Quatro Pontes, Município de Mal. Cândido Rondon e o Distrito de Novo Sarandi.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) WERNER WANDERER.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando a conversão da Capela do Palácio Iguaçu em Capela Ecumênica.

Sala das Sessões, em 28.04.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A exemplo da abertura do Palácio Iguaçu à visitação pública, solicita-se que a capela seja convertida em Capela Ecumênica e, desta maneira, possa ser utilizada também pelas Igrejas Evangélicas.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado, após ouvido o Plenário, expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando que torne-se mediador junto às Diretorias de Banco e Órgãos Financeiros, para resolver a situação aflitiva dos agricultores do Vale do Ivaí, novamente ameaçados pelos juros extorsivos cobrados pelos mesmos.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

## JUSTIFICATIVA:

A agricultura jamais poderá cumprir sua função social, de fornecer alimentos à população, enquanto pequenos agricultores, estiverem a mercê da ganância extorsiva dos juros bancários.

Os autos n. 007/87 conta de custas -, que anexamos ao presente, comprovam, que um empréstimo de Cz\$ 11.477,77, cujo vencimento seria em 30 de outubro de 1.986 para ser quitado hoje, custaria Cz\$ 31.287,97, com juros e taxas, chegando a 200%.

Como assegurar ao povo, um nível correto ou pelo menos razoável de nutrição, se não conseguimos eliminar o arrocho bancário do qual vêm sendo vítimas os pequenos agricultores, e ainda, nem restabelecer a idoneidade do seu poder aquisitivo.

É, portanto, a atitude que deve ser tomada prioritariamente pelo Governo, mediar os bancos, e os pequenos agricultores, para que se encontre uma solução justa e compatível com a atual realidade social.

## ADVOGADOS ASSOCIADOS

Jamil Osepetti Divino Guimarães  
OAB PR.2210 OAB PR.7664/A

1. - Que, é credor(a) do(s) Executado(s) da importância de Cz\$ 11.477,47 (onze mil, quatrocentos e setenta e sete cruzados, quarenta e sete centavos), representada pela acostada nota promissória, DOC.04, emitida em 30.10.86, vencida em 30.11.86, emissão do primeiro com aval do segundo executado, devidamente protesta, consoante faz prova o anexo instrumento de protesto, DOC.05, originada do acostado contrato de financiamento, DOC.06;

2. - Que, esgotados todos os meios suasórios no sentido do(s) devedor(es), cumprir(em) com sua obrigação, resta ao(à) Exequente, via desta, tentar receber, coercitivamente, o seu crédito;

3. - Que, o(s) anexo(s) título(s) executivo(s) extrajudicial(ais) (art.585, I e II, do C.P.C.), preenche(m) as exigências da legislação cambial e uniforme, vigentes, ensejando a cobrança através do rito estatuído pelo artigo 646, e seguintes, do C.P.C..

I - a citação do(s) executado(s) para pagar(em) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a quantia de Cz\$ 11.477,47 (onze mil, quatrocentos e setenta e sete cruzados, quarenta e sete centavos), acrescida de comissão de permanência de 240% ao ano, de acordo com a resolução n. 1.129, de 15.05.86, do Banco Central do Brasil (DJU, Seção I, de 02.06.86, pág. 7.944), a partir de 30.11.86 até a efetiva liquidação, juros de mora na forma da legislação em vigor, multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, despesas

de protestos e multas processuais e demais cominações de lei, ou nomear(em), bens a penhora, tantos quantos bastem para a garantia da execução, sob pena de penhora, nos termos do art. 659, do C.P.C., inclusive honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o total da condenação:

"Honorários de advogado - Cumulação com multa contratual - admissibilidade. É admissível a cumulação da multa contratual com honorários de advogado em relação aos contratos celebrados na vigência do C.P.C. de 1973, porque seu artigo 20 e respectivos parágrafos revogam o artigo 8., do Dec. 22.626 de 1973" (STF, AC. Unan. da 1. T., de 4.9.79, RE.91.237/RJ.Rel: Min. Xavier de Albuquerque "in" Boletim de Jurisp. ADCOAS, n. 21, ano 80, verbete n. 70.554, grifou-se).

## COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

## ESTADO DO PARANÁ

Rubens de Oliveira Luiz Ronald Correia  
Contador Judicial Func. Juramentado  
Designado

AUTOS N.007/87 CONTA DE CUSTAS

## AO ESCRIVÃO

Pelo feito	Cz\$ 729,70	
Dep. inicial		
Pela autuação	" 2,38	
Precatórias expedidas		
Ofícios expedidos		
Editais expedidos		
Despesas de Correio	Cz\$ 732,86	
Fundo Penitenciário	" 145,94	" 145,94
Ao C.P.C.		

## AO CONT. PAR. DIST. DEP. PÚBLICO E AVAL

Distribuição	Cz\$ 6,90	
Averbação	" 3,68	
Cálculo(s)	" 23,00	
Laudo(s)		
Diligência(s)		
Prêmio do depósito		
Partilha		
Contas	" 20,70	Cz\$ 54,28
Fundo Penitenciário	" 10,85	" 10,85
Ao C.P.C.		

## AO OFICIAIS DE JUSTIÇA

Conta de fls.	" 230,00	" 230,00
---------------	----------	----------

## AOS PERITOS

## AOS OF. DO R.I:

## A ASSOC. MAG. DO PARANÁ

## OUTRAS COMINAÇÕES

Principal	Cz\$11.477,47
Desp. inicial	
Desp. protesto	
(MULTA)	" 2.468,59
Outras despesas	" 411,30
Juros de Mora	" 949,45
C.Perman.	
Correção Monetár.	" 12.258,99

Honorários " 2.468,59  
Taxa Judiciária Cz\$ .....  
Custas Juízo dep.  
TOTAL A PAGAR Cz\$31.207,54

Importa a presente conta em trinta e um mil, duzentos e sete cruzados e cinquenta e quatro centavos.

São João do Ivaí, 23.04.87

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de expediente aos Exmos. Srs. Governador do Estado do Paraná e Secretário da Agricultura e Abastecimento, solicitando atenção às demissões efetuadas naquela Secretaria e Vinculadas.

Senhor Presidente.

Este Deputado, usando suas prerrogativas constitucionais e Regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente aos Exmos. Srs. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e Osmar Fernandes Dias, Secretário da Agricultura e Abastecimento, determinando a suspensão das demissões dos funcionários da SEAB e suas vinculadas até que sejam definidos e a população tome conhecimento dos critérios objetivos que norteiam tais demissões. Ao mesmo tempo convoque a FESPAR - Federação dos Servidores Públicos e as Associações de Funcionários das respectivas unidades administrativas onde estão ocorrendo as demissões, para opinarem a respeito.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) PEDRO TONELLI.

##### JUSTIFICATIVA:

A cada dia chegam informações sobre irregularidades nas demissões efetuadas por órgãos do Estado. As mais recentes e que provocam indignação, são as efetuadas pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento, particularmente na ACARPA E ITCF.

Nestes últimos dias, houve demissões em Francisco Beltrão, São João do Triunfo, Londrina, Campo Mourão, Cianorte, Jacarezinho. O curioso é que todos os demitidos discordavam da política governamental ou não adotaram a política adesista ao PMDB. Além do que elas ocorrem sob a pressão de prefeitos municipais e lideranças ligadas às organizações reacionária da classe patronal rural.

Em outros tempos uma atitude semelhante era classificada como "caça às bruxas" ou perseguição política. Hoje elas vêm mascarada com o discurso modernizante e moralizante dos detentores do poder (reforma administrativa).

Se realmente houver coerência entre os discursos proferidos com a prática correspondente, exige-se a urgente suspensão das demissões ou remanejamentos injustificados, até que a sociedade tome conhecimento

dos critérios objetivos que norteiam as demissões.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Banco Central solicitando que o impasse da diminuição do horário de funcionamento dos bancos se resolva e que se exija um melhor atendimento.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

##### JUSTIFICATIVA:

Individualmente, prefeituras de todo o País estão tentando resolver um impasse criado pelo Banco Central, sem que Brasília se sensibilize com a situação. Recursos jurídicos tem sido o instrumento para que as populações vejam atendidas as reivindicações de um melhor atendimento por parte dos serviços bancários, seja em termos de horário, seja na questão funcional cujo número de servidores caiu embora os lucros tenham se elevado de forma assustadora para estas instituições.

Vemos hoje, por todo o País, prefeitos procurando na justiça conquistar o direito da população de que os estabelecimentos bancários abram a partir das dez horas. E o Banco Central, em Brasília, continua insensível aos apelos, permitindo que os próprios estabelecimentos bancários, através de recursos, esgotem o tempo do universo jurídico, arrastando os processos sem que se chegue a uma solução. Transferem-se responsabilidades e ninguém toma uma providência.

Além do mais, a qualidade de atendimento caiu consideravelmente. Embora a propaganda bonita esconda uma realidade, o número de funcionários nos bancos mostra-se insuficiente para atender uma demanda crescente enquanto deteriorou-se o serviço ao público. Qualidade nos serviços é exceção quando deveria ser regra. Os bancários continuam reclamando uma série de reivindicações entre as quais a melhoria de seus salários, com os banqueiros mostrando-se insensíveis. Não pagam melhor; não contratam, não abrem mão do horário, enfim, voltaram a ditar normas de como deve comportar-se o brasileiro graças ao apoio que lhes oferece o Banco Central.

É hora de acabar com este estado de coisas. Não pode o Banco Central continuar transferindo às prefeituras a responsabilidade de uma luta que é sua. Voltamos à ciranda financeira, os Bancos voltam a ter lucros além da conta, mas a qualidade de serviços piorou. E a culpa não é dos bancários, mas sim dos banqueiros.

É hora de que o Banco Central acorde para esta realidade. Que o impasse do ho-

rário de funcionamento dos bancos se resolva. Que se exija, quanto ao atendimento ao público, um ressarcimento em termos de qualidade. O que não podemos é assistir impassíveis um estado de coisas em que se procura esconder ou disfarçar como se a responsabilidade não coubesse a todos nós.

O PL quer uma solução. Quer trazer os demais partidos à uma unidade de pensamento, a fim de que se mostre ao Banco Central em Brasília, que os negócios bancários deste País, inclusive na questão de horário e atendimento, é de sua competência e deve ser cuidado com maior atenção.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, solicita a Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Srs. Álvaro Dias - Digníssimo Governador do Estado e Antônio Lopes de Noronha - Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de instalações para a Delegacia de Polícia do Distrito de CAFEZAL no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cafezal possui um forte contingente populacional, derivado de uma atividade econômica expressiva, o que impinge uma atuação condizente, da área de segurança pública, o que se torna impossível sem a existência de instalações necessárias condizentes para funcionamento da Delegacia de Polícia local, já que este Distrito encontra-se a uma distância que inviabiliza a utilização a contento da Delegacia da sede do Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nelson Vasconcellos no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Srs. Álvaro Dias - Digníssimo Governador do Estado e Luiz Carlos Jorge Haully - Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, solicitando a implantação de uma Agência de Rendas no Distrito de Cafezal no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Constitui o Distrito de Cafezal um forte expoente na produção agrícola, pecuária e derivados destas atividades econômicas e um comércio dinâmico e pujante, como testemunha desta realidade podemos citar a existência neste Distrito de duas agências bancárias além de um posto do Banco do Brasil, o que torna a ausência de uma agência de rendas incompatível com o

volume de comercialização de bens que este Distrito hoje apresenta.

Considerando que a implantação de uma Agência de Rendas, viria de encontro não só aos interesses dos comerciantes daquela localidade bem como com os interesses do Governo do Estado, que passariam a desenvolver sua atividade nesta área com maior eficiência, esperamos que se viabilize em prazo mais curto quanto possível a implantação da agência de rendas no Distrito de Cafezal.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER, seja registrado nos Anais desta Casa matéria publicada no "O Estado de São Paulo" de 24 de abril de 1987, referente ao massacre praticado contra o povo armênio pela Turquia.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, a matéria publicada no "Jornal o Estado de São Paulo", sexta-feira dia 24 de abril de 1.987. O texto da matéria em anexo, dispensa justificativa.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 51/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Centro Espírita Mensageiros da Paz", localizado na cidade de Francisco Beltrão-Pr, à rua Antônio Carneiro Neto n.1212.

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.04.87

(a) JOÃO ARRUDA.

Apoiamento: Basílio Zanusso.

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita Mensageiros da Paz, da Cidade de Francisco Beltrão-PR, criado em 1981 - fundado oficialmente a 16 de novembro daquele ano, tem alcançado plenamente seus objetivos desde que iniciou suas atividades. Reune em seu seio estudiosos da doutrina espírita que praticam seus ensinamentos, divulgam o evangelho, orientam parcela da comunidade no caminho do bem e da caridade, exercitam a caridade assistindo espiritual e materialmente às pessoas necessitadas, especialmente carentes.

Adotando como linha de procedimento os ensinamentos postulados por Allan Kardec,



a entidade que se pretende reconhecer de Utilidade Pública trata com absoluta igualdade todos os seres humanos, sem distinção de raça, cor, posição social ou de crença religiosa, imanando a todos no exercício da caridade.

O ensino da Doutrina Espírita é estendido, igualmente a crianças, jovens e adultos interessados nos conhecimentos codificados e logo editados por Kardec.

Pelos objetivos da entidade e pelo zelo com que se entregaram à tarefa de organizar, fundar e multiplicar os conhecimentos da Doutrina Espírita manifestada pelos membros fundadores, o Centro Espírita Mensageiros da Paz, de Francisco Beltrão-PR, foi reconhecido de Utilidade Pública no Município pela Lei Municipal n. 930/82, de 17 de junho de 1982, título que têm honrado com proficiência.

Assim, o Deputado que a este subscreve sente-se sumamente gratificado em submeter à apreciação dos nobres Pares da Assembleia Legislativa do Paraná o pedido de reconhecimento de Utilidade Pública do "Centro Espírita Mensageiros da Paz", da Cidade de Francisco Beltrão-PR, rogando respeitosamente a aprovação da matéria.

Para análise do mérito, anexamos declaração de que o presidente e vice-presidente da entidade não recebem qualquer remuneração ou pró-labore pelos serviços prestados, cópia da publicação da Lei Municipal que reconheceu o Centro, de Utilidade Pública, publicação do extrato dos Estatutos da entidade e cópia da íntegra desses estatutos, aprovados em reunião da diretoria.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

(Declina).

Consulto à Liderança do PFL.

Havendo declinado, do PDT.

Havendo declinado, do PDS.

Havendo declinado, do PL.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Concedo à palavra ao Líder do PT, Senhor Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas, boa tarde, e os que não querem nos ouvir não deveriam vir para cá.

Hoje, estão estampados nas páginas dos jornais algumas notícias que nós devemos nos preocupar.

Exatamente no momento em que se fala sobre a Reforma Administrativa, as notícias também dizem respeito à Reforma Admi-

nistrativa: na Folha de Londrina: "Presidente da ACARPA refuta críticas e explica demissões". "Manifesto dos funcionários da ACARPA, perseguição político-partidária". No Jornal "O Estado do Paraná": "Funcionários denunciam perseguição na ACARPA".

Com estas notícias estamos vendo e constatando que a Reforma Administrativa está servindo e sendo usada como pretexto para perseguições e demissões, de funcionários, sobre critérios nitidamente político-partidários.

A Secretaria de Agricultura, Abastecimento e a ACARPA estão fazendo demissões injustas em quase todo o Estado, promovendo uma verdadeira "caça às bruxas". Já foram demitidos inúmeros funcionários da Secretaria e da vinculada ...

O Sr. Sabino Campos. - Solicito um aparte ao nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência.

No primeiro momento, a ACARPA demitiu quarenta e um funcionários, sem avaliação nenhuma, posteriormente, em Francisco Beltrão foram demitidos cinco funcionários, de forma injustificável e mais seis foram colocados num dilema...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me num aparte, Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, e ao final concederei aparte a todos, se houver tempo.

Foram demitidos cinco de forma injustificável e mais seis que foram colocados num dilema, pois, ou aceitam a transferência ou serão demitidos. E, existem, ainda, os rumores que mais técnicos da ACARPA serão demitidos em todo o Sudoeste.

O critério para estas demissões foi o pedido feito por alguns Prefeitos da região e na verdade todos os funcionários que não adotaram uma postura adesiva ao PMDB estão sendo demitidos. E, é bom que se diga que estes mesmos Prefeitos que estão pedindo a demissão são aqueles que participaram de jantar junto com a UDR, lá em Francisco Beltrão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se possível, vou conceder.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Gostaria de responder, porque Vossa Excelência está afirmando fatos inverídicos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado.



O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, solicito que me assegure palavra, estão querendo atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência já tem a palavra. Só falta Vossa Excelência manter a personalidade com a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Gostaria que Vossa Excelência dissesse-me se vai me dar o aparte ou não?

O SR. PEDRO TONELLI - Vou conceder, se for possível.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E aproveito para que Vossa Excelência diga quais os Prefeitos que jantaram com a UDR, em Francisco Beltrão.

O SR. PEDRO TONELLI - Vou dizer sim, pode ficar tranqüilo.

Além de Francisco Beltrão estão sendo demitidos e foram demitidos já, funcionários da ACARPA em Londrina, Campo Mourão, Cianorte, Jacarezinho, Cruz Machado, São João do Triunfo e outros.

Os dirigentes da Associação dos Funcionários da ACARPA estão rebatendo as informações prestadas pelo Secretário da Administração, Mário Pereira, de que a ACARPA é um órgão inchado, com muita gente ociosa. Segundo a própria ACARPA se encontram fechados, por falta de técnicos, muitos locais que estão funcionando, inclusive precariamente. Só para dar um exemplo, em trinta e dois assentamentos realizados no Estado, abrigando mais de duas mil famílias, não há um só técnico sequer, trabalhando à disposição destes péssimos assentamentos que temos hoje, no Estado.

As demissões e perseguições estão ocorrendo em função de uma ação comum do Secretário da Agricultura e Abastecimento, Osmar Dias, Prefeitos e Lideranças políticas das diferentes regiões. O Secretário se une com os Prefeitos e essas lideranças estimulam a pedir as demissões; assim, o Secretário tem uma desculpa para apresentar a demissão. Na verdade, as demissões feitas até agora, não obedeceram a nenhum critério objetivo ou as justificativas razoáveis, a não ser a mesquinha perseguição político-partidária.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Estou aguardando o aparte de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Estou sabendo e você está inscrito, aguarde.

Cremos que não podemos permanecer calados e inertes, diante destes e de outros fatos. Repudiamos as medidas arbitrárias e o comportamento despótico daqueles ...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Qual o artigo que Vossa Excelência se estriba, para pedir, Pela Ordem?

O SR. Dirceu Manfrinato - O artigo que eu estou pedindo, Senhor Presidente, é o artigo que fere o decôro parlamentar. Gostaria que Vossa Excelência corrigisse o ilustre Deputado Pedro Tonelli, quando trata o Deputado de "você". Acho que sempre tive a dignidade de chamar os Senhores Deputados de "Vossas Excelências".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado, Senhor Presidente.

Portanto, repito: cremos que não podemos permanecer calados nem permanecer inertes nem diante deste e de outros fatos, e repudiamos as medidas arbitrárias e o comportamento despótico daqueles que, ocupando cargos na administração, têm agido desta forma.

Por isso é que a gente está pedindo: primeiro, através de requerimento, que será submetido a este Plenário. Estamos pedindo que sejam sustadas todas as demissões de funcionários, sem que, antes, sejam estabelecidos e sejam conhecidos os critérios objetivos para essas mesmas demissões; segundo - que a FESPAR e as Associações dos Funcionários sejam chamados para discutir esses critérios e, também, sejam ouvidos no momento da demissão; e, terceiro, a partir da Reforma Administrativa que se discute e se implanta, não se demita mais nenhum funcionário sem inquérito administrativo.

Estas são as três propostas que achamos que deveriam ser a preocupação de todos, nesta Casa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Estou com sete minutos e meio, se fôr possível.

Tenho alguma coisa a responder ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan e gostaria de completar o meu raciocínio, e, depois, se fôr possível, concederei apartes.

O Deputado colega Nereu Carlos Massignan indagou quais os Prefeitos. Foram todos, menos três, que eu, inclusive, vou dar os nomes, menos três do Sudoeste do Pa-

raná, três que eu vou passar ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nomes dos Prefeitos, nobre colega, dia, hora e local do jantar dos Prefeitos do Sudoeste com os membros da UDR. Vamos falar seriamente, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Vou lhe passar por escrito, nome, dia, hora.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Gostaria que Vossa Excelência desse a resposta em Plenário para todos os nobres Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - Então darei oportunamente, aqui neste Plenário, já que é solicitação vossa. Portanto, Senhor Presidente, nobres colegas, vou pedir escusas aos que solicitaram apartes.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência está desinformado, faz uma séria acusação aos Prefeitos do Sudoeste.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência continua com a palavra dentro do seu tempo.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito ao Senhor Presidente mais trinta segundos para concluir.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência continua dentro do seu tempo. Falta um minuto ainda.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Gostaria de lembrar aos nobres Líderes de Bancadas que insistem tanto nos apartes, e não sei porquê abriu mão de um tempo tão importante no Horário das Lideranças.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não sabíamos que Vossa Excelência ia dizer tantas inverdades em Plenário, só por isso.

O SR. PEDRO TONELLI - Gostaria de questionar isso. Por que é que abrem mão do tempo que têm direito.  
Muito Obrigado Senhor Presidente, muito obrigado nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.  
Sobre a mesa, Projeto de Lei de auto-

ria do Senhor Deputado João Arruda, com apoio do Senhor Deputado Basílio Zannusso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 40/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 37/87).  
Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, acima aprovado:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 040/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 37/87), dispondo que, no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos de Taxa de Segurança de que tratam as Leis ns. 7.257, de 30.11.79 e 7812, de 29.12.83. Com PARECERES FAVORÁVEIS da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão o projeto e a emenda. Encerrada a discussão. Em votação a emenda. Aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, essa emenda foi aprovada, ontem, inclusive, em 2.<sup>a</sup> Discussão, Vossa Excelência encerrou o processo de votação. Consequentemente, espero e tenho certeza que Vossa Excelência vai manter a posição, quando disse que foi aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) A Emenda foi aprovada, no dia de ontem, em 1.<sup>a</sup> Votação, e toda emenda retorna à 2.<sup>a</sup> Votação, em Plenário. Acredito que Vossa Excelência não tenha contado certo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência anunciou o resultado, em virtude de três Deputados terem se manifestado contrário à Emenda. Agora, à Vossa Excelência cabe o pedido de verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na verificação de votação solicitada, Senhor Presidente, elogiando a atitude do Deputado Algaci Túlio, da sua Emenda, a nossa Bancada tomou a medida de votar contra apenas porque a Emenda também é uma redundância, em virtude de que o artigo 1.<sup>o</sup> diz "que os atos e documentos relativos à identidade" e que já está embutido nisso a segunda via, que a Emenda do Deputado está a pedir nesse projeto. De modo que a Emenda que o Deputado se propõe está garantida no próprio projeto, no instante em que fala que os

atos (inaudível). Mas, se Vossa Excelência mantém a aprovação, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Deferida. Faremos a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda do Senhor Deputado Algaci Túlio, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezoito Senhores Deputados aprovam.

Onze Senhores Deputados rejeitam.

A matéria está aprovada.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Só para registrar o meu voto favorável, Senhor Presidente, para dizer que entendemos que esta cobrança é independente em relação à carteira de identidade.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 298/86, de autoria dos Deputados Antônio Annibelli e Luiz Alberto Oliveira, que denomina de Manoel Lustosa Martins, o trecho da rodovia BR-280, entre Palmas, Clevelândia e Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 002/87 (Mensagem n. 18/87 - ex-Proposição n. 28/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Revigoração de 28.11.86, dos Convênios celebrados em 26.06.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Projeto Especial de Mobilização Energética - PME/PR - EM REGIME DE URGÊNCIA.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 177/86, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirassol, com sede no Município de mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 80/86, de 12.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 177/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Nestor Baptista, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirassol, com sede e foro no Município do mesmo nome.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.04.87

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 189/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Amigos e Benfeitores da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Cianorte", com sede e foro na Cidade de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n. 87/86, de 25.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 189/86

Autor: Dirceu Manfrinato

SÚMULA: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E BENFEITORES DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE CIANORTE", com sede e foro na Cidade de Cianorte.

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a entidade nominada na súmula. Justifica o autor, afirmando que a entidade tem fins filantrópicos, dedica-se à assistência social e que presta serviços gratuitos às pessoas carentes.

Às fls. 3, encontra-se documento assinado pelo Senhor Jorge Moreira da Silva, DD. Prefeito Municipal de Cianorte, atestando as finalidades e que a entidade está em pleno funcionamento.

Assinado pelo presidente e vice-presidente, Pe. Eurico Krantler e Senhor Miguel Eurides Spolador, às fls. 4, verifica-se que a entidade realizou várias promoções todas com alto espírito humanitário. Destaque-se os auxílios à APAE, Coral Infantil e crianças desamparadas.

Às fls. 5/14 e 18/22, constata-se pelo seu estatuto que nenhum cargo da diretoria será remunerado (art. 29, § 7.º), e no art. 2.º estão claramente definidos seus objetivos filantrópicos. Às fls. 15/17,

consta cópia da Ata da Assembléia Geral dando notícias da eleição da Diretoria.

Legalmente constituída, a entidade está registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Cianorte sob n. 213, no livro A-I, (fls. 18v.). Inscrita no CGC-MF, sob n. 76713403/001-40 (fls. 19), prestou declaração de isenção do imposto de renda pessoa jurídica (fls. 20/22).

Analisado o projeto, conclui-se que está de acordo com as normas que regem a matéria, e quanto ao aspecto jurídico, constitucional nada atesta a sua aprovação.

Por último, cabe lembrar aos nobres colegas Deputados que o Projeto foi lido no expediente do dia 25/8/86, e que após passar pelas mãos de outro Relator, somente hoje, recebe Parecer. A lentidão não é a melhor referência aos Parlamentares. É preciso dar maior celeridade ao trâmite dos projetos, cumprindo-se os prazos e evitando-se prejuízos e desgastes que a ninguém interessa.

Parecer Favorável. Pela aprovação. S.M.J.

Sala das Comissões, em 21.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 200/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e NELSON VASCONCELLOS, que cria o DISTRITO ADMINISTRATIVO DE CARBONERA, no Município de Maria Helena, com divisas do atual Distrito Municipal de Maria Helena. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. n. 89/86, de 27.08.86.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 200/86

De autoria dos nobres Deputados Anibal Khury e Nelson Vasconcellos, o presente Plano de Lei tem por finalidade criar o Distrito Administrativo de Carbonera, no Município de Maria Helena, com divisas do atual Distrito Municipal de Maria Helena.

No que concerne ao mérito a proposição é de absoluta oportunidade e justiça, visto que a comunidade de Carbonera, de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Distrito.

Em tais circunstâncias, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do Projeto pelos demais órgãos da Casa, somos de opinião FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do mesmo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia e o arquivamento do Projeto de Lei n. 200/86. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 218/86, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "AFA"- ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA ACARPA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n. 103/86 de 23.09.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER FAVORÁVEL DE LEI N. 218/86

De autoria do ilustre Deputado Odeni Mongruel, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA ACARPA- AFA", com sede e foro em Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)-

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Nilza Age, ocorrido no dia 21 de abril do corrente ano, o Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 178/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 93/86- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de instalações para a Delegacia de Polícia do Distrito de Cafetal, no Município de Iporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do

expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a implantação de uma Agência de Rendas no Distrito de Cafezal, no Município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal "O Estado de São Paulo", do dia 24 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo solução para a situação financeira aflitiva dos agricultores do Vale do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando a conversão da Capela do Palácio Iguçu em Capela Ecumênica. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DER - por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a colocação de sinalização no trevo de acesso à Indústria Fecularia Lorenz, situado no Distrito de Novo Sarandi, Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Raul Lopes e Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo sejam os próprios públicos do Município de São José dos Pinhais, adequados e melhorados, bem como sejam aumentados os efetivos da Polícia Civil e Militar, naquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Rede Bandeirante de Televisão e Organizações Martinez, pela louvável campanha que vem promovendo, através do Programa "Viva Vida", numa demonstração eloqüente no combate e alerta contra o uso e abuso de drogas em nosso País. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, viabilizando o asfaltamento da rodovia municipal que liga

o Patrimônio do Rio Branco - Flórida do Ivaí, no Município de Grandes Rios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio e expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão no Programa de Rodovias Rurais, o asfaltamento do trecho Porto Mendes a Mercedes, no Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Coordenador do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense - PRODAP, encarecendo informações sobre a programação prevista para o corrente ano nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Nelson Theodoro Fenker, Prefeito do Município de Imbituva, pela sua eleição e posse na presidência da Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná - AMCESPAR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco Central, encarecendo que o impasse da diminuição do horário de funcionamento dos bancos se resolva e que se exija, um melhor atendimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a suspensão das demissões dos funcionários daquela Secretaria. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Defazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Presidente da República e Ministro da Fazenda, encarecendo a alteração do Art. 2. da Lei Federal n. 7256/84, que estabelece a base de cálculo para o limite de faturamento para a Microempresa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Câmara Municipal e Prefeitura municipal do município de Goioerê pela elaboração da Carta Aberta, enviada às autoridades da área econômica e ao presidente José Sarney, solicitando redução dos juros bancários e suspensão do pagamento da dívida dos agri-

cultores, comerciantes e industriais, contraídas junto aos bancos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a implantação do ensino de 2.º Grau no Município de Balsa Nova. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de um escrivão de polícia para atuar junto à Delegacia Policial do Município de Balsa Nova. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde Pública, encarecendo a implantação de um Posto de Saúde na localidade de São Caetano, no Município de Balsa Nova. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Senhor Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pelos relevantes serviços prestados à Nação. Em discussão. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.  
Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta o Senhor Deputado Algaci Túlio, se fará uso do seu tempo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente: eu abro mão, em função de que a matéria mais importante, evidentemente, é a reunião das bancadas, mas, eu quero apenas fazer registro das presenças, aqui na Casa, do Prefeito de Quitandinha, Anatólio Libk, e do Vereador Sinésio Batista dos Santos.

Esta Casa recebe com muito prazer, os dois visitantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini, anteriormente chamado para explicações pessoais. Vossa Excelência tem 15 minutos para proferir sua oração.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Hoje, ouvimos as palavras do Deputado Pedro Tonelli, Líder do PT nesta Casa, quando tratava das demissões da ACARPA, das demissões que o Governo do Estado vem efetivando nos seus órgãos da Administração direta e da Administração indireta.

Estamos acompanhando os trabalhos do Governador, dos Secretários, e os trabalhos também aqui neste Parlamento, no que diz respeito à Reforma Administrativa, e a moralização do serviço público no Estado do Paraná.

Queremos, nesta oportunidade, lamentar a saída do Ministro Dilson Funaro que era o gestor de uma política agressiva na área econômica em defesa dos interesses nacionalistas, que foi praticamente derrubado do Ministério em nome das multinacionais, dos banqueiros internacionais, por meio de uma ação agressiva, e que veio quebrar a nossa soberania, inclusive, com a própria CIA agindo contra os interesses do Governo brasileiro.

Os banqueiros internacionais não aceitavam e não aceitam a palavra "moratória", na verdade foram os condutores da cabeça Funaro à guilhotina ou à força. Foram eles que conduziram o processo de demissão do Ministro Dilson Funaro.

Lamentamos profundamente que, a serviço do interesse e do capitalismo internacional, aqui dentro estejam vinculados a UDR e os grupos, que sempre boicotaram os interesses do povo brasileiro, no plano cruzado e, no período da ditadura militar da qual terminamos de sair. Portanto, registramos aqui o nosso protesto...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a Vossa Excelência e quero neste instante parabenizá-lo por esta medida, de ir à tribuna da Assembleia Legislativa defender, como também temos o mesmo posicionamento, o mesmo pensamento de Vossa Excelência, juntamente com Vossa Excelência, ilustre Deputado, lamento que hoje quando adentramos com requerimento, nesta Casa, oferecendo a nossa solidariedade ao ministro que viu o seu País como a sua terra, ao Ministro que estava apenas tentando consertar um País que lhe pertence e que pertence ao povo brasileiro, e que deixa o Ministério porque acima de tudo existe o afronto das multinacionais e dos gringos que como Vossa Excelência disse, provocaram a queda do Ministro, em razão

de ele ser nacionalista.

Isto é uma afronta à população brasileira, porque eu acho que se o Ministro defende o País em que ele está, o País da sua origem, isto é demonstrar, por excelência, sua condição de grande brasileiro, de defensor deste País.

Com relação ao nosso requerimento, lamento profundamente a atitude do Líder do PFL de pedir para discuti-lo, quando se trata de um requerimento embasado na solidariedade e no reconhecimento de que um Ministro que tanto fez e que tanto mais poderia fazer por este País, que precisa de gente como Dilson Funaro.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Obrigado pela colaboração, Deputado Dirceu Manfrinato, que Vossa Excelência presta às nossas palavras e ao Brasil e ao seu povo, ao ser solidário com aquele que caiu por defender os interesses desta Pátria e os interesses desse povo.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado. O Deputado Pedro Tonelli tem tido a oportunidade de ir diversas vezes à Tribuna e nem sempre ele se utiliza do espírito democrático, que ele tanto prega, no sentido de conceder apartes, no direito de cada um fazer a sua defesa. Ele chega a colocar, inclusive, situações que são inverídicas, quando afirma que Deputados e Prefeitos do PMDB do Sudoeste do Paraná, estariam participando de almoço ou de jantar a convite da UDR.

Eu só queria lembrar ao Deputado Pedro Tonelli, que o Sudoeste e principalmente o Diretório Municipal do PMDB de Francisco Beltrão, assinou uma moção de repúdio à presença e à formação do núcleo da UDR no nosso Município e que todos os Prefeitos da nossa região, do PMDB, comprometidos com as questões maiores dos pequenos e médios produtores rurais, jamais admitiram. Sem dúvida nenhuma, a presença organizada da UDR, que luta contra a Reforma Agrária, contra os interesses dos pequenos e médios produtores da nossa região.

Com relação ao que foi levantado, as demissões e transferências de funcionários da ACARPA, deve ficar claro que o Secretário Osmar Dias vem com uma proposta de realmente fazer com que a ACARPA seja aberta à comunidade e voltada aos interesses de atendimento dos nossos agricultores e dentro dessas propostas algumas questões precisam ser mudadas, algumas transferências precisam ocorrer. Desse modo, quando o Deputado Pedro Tonelli coloca, que há perseguição política partidária, ele deve ver que na listagem de funcionários demitidos e transferidos, existem funcionários

de várias cores partidárias, inclusive do próprio PMDB.

Eu queria deixar registrado nesta Casa o nosso agradecimento ao Deputado Domingos Scarpellini pela oportunidade que ele nos dá de, neste seu espaço, fazer este pronunciamento aqui na Assembléia porque o Deputado Pedro Tonelli não tem tido o espírito democrático de conceder, aos colegas aqui da Assembléia, o devido direito de respostas às suas colocações, nem sempre verdadeiras. Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço ao Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira pelas suas palavras e concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana, líder da Bancada do PMDB.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Domingos Scarpellini.

Aproveitando o aparte de Vossa Excelência e na sequência do que diz o Deputado Haroldo Ferreira, apenas quero dizer e reforçar, que num ato de repúdio à presença da UDR, os Prefeitos do Sudoeste, todos do PMDB, assinaram um documento. E como Parlamentares da Região Sudoeste, Deputado Haroldo Ferreira, Deputado Nereu Carlos Massignan, Deputado Lauro Lobo Alcântara, Deputado Caíto Quintana e Deputado José Rogério, nós vamos requerer a esta Casa que o Deputado Pedro Tonelli nos cite os nomes dos Prefeitos do PMDB que compareceram ao jantar com a UDR. Esperamos que o Deputado não confunda, se porventura o Senhor Caiado tenha almoçado ou jantado no Parque de Exposições de Francisco Beltrão, não confunda a presença dos Prefeitos lá como apoio, como solidariedade ou como um jantar produzido pela UDR e com o comparecimento dos nossos Prefeitos.

Não podemos admitir que Prefeitos comprometidos com as causas do PMDB sejam acusados levianamente no plenário desta Casa. Por essa razão, nós encaminharemos um Requerimento pedindo que sejam nominados os Prefeitos, o local que teriam comparecido a um jantar patrocinado pela UDR. Muito obrigado.

O Sr. Paulo Furiatti - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Domingos Scarpellini. Vossa Excelência traz um esclarecimento importante a esta Casa, principalmente no que diz respeito às acusações de prováveis perseguições políticas, principalmente em relação à EMATER e à ACARPA.

Eu quero reforçar o seu pronunciamento



dizendo que o Secretário da Agricultura estabeleceu dentro da ACARPA, através do seu Presidente em exercício, Doutor Biasi, uma Comissão de Sindicância para apurar os prováveis problemas existentes. Além disso, nós temos conhecimento de que todos as demissões ocorridas até agora dentro da ACARPA foram sustentadas em sindicâncias, nas quais participaram funcionários da própria EMATER.

Então, para resguardar-se, o Secretário preocupado em resguardar qualquer tipo de injustiça, estabeleceu a necessidade de um processo de sindicância para apurar ou não a veracidade, e com isto tomar as devidas medidas. Digo isto para resguardar a posição do Secretário da Agricultura que tem sido atacado - como o foi hoje, e de forma muito violenta - por alguns setores, mas isto não corresponde ao que efetivamente ocorreu. Obrigado.

O Sr. Sabino Campos - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço o aparte do Deputado Paulo Furiatti e concedo o aparte ao Deputado Sabino Campos.

O Sr. Sabino Campos - Eu agradeço ao nobre Deputado por esta oportunidade, a qual não me foi dada pelo grande democrata desta Casa, Deputado Pedro Tonelli. E eu me preocupo com as acusações feitas às demissões que estão sendo efetuadas na ACARPA, porque as pessoas não estão analisando a realidade daquilo que aconteceu. Nós temos elementos que foram demitidos por usarem em benefício próprio, aquilo que não era seu. Nós temos elementos demitidos que não comparecem ao serviço por muito tempo. Nós temos elementos demitidos que usaram carro da organização na campanha de 1986, em benefício de determinados candidatos, que inclusive estão nesta Assembléia.

Eu acho que, pela moralidade do Serviço Público, não interessa que partido, o funcionário pertença, enquadrando-se em algum desses três itens, tem que ser mandado para fora sem explicação nenhuma, porque o dinheiro do Poder Público é para ser utilizado em prol da população. E aqueles que recebem para trabalhar e não trabalham, tem que trabalhar.

Por isso, eu me preocupo, nobre Deputado, com acusações feitas aqui pelo nosso companheiro, dito democrata, Deputado Pedro Tonelli, que ouve só um lado, não ouve os dois. E nós, que estamos participando deste episódio há muito tempo e conhecemos a realidade do Sudoeste, como conhecemos a realidade de todo o Estado, temos que concordar com que muitas demissões sejam feitas ainda porque, muitos usaram o carro da

ACARPA para fazer campanha política - quer seja para o PMDB, quer seja para o PDS, quer seja para o PT. Esses merecem, realmente, ser demitidos, porque o carro da organização não é para isso, é para prestar trabalho aos produtores a fim de que eles venham trazer maior produção ao nosso Estado.

Portanto, eu aqui quero dizer que o Deputado Pedro Tonelli faltou com a verdade, que ele tenha completo conhecimento do assunto, em primeiro lugar - para depois vir à tribuna dizer o que disse.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria de dar aparte a todos os Deputados que solicitaram, mas, infelizmente, não vou ter condições, o meu tempo já está esgotado. Mas quem quiser, pode se inscrever em Explicações Pessoais, onde há espaço para todos poderem falar e expressar os seus pensamentos.

Eu gostaria de dizer, apenas, que ontem o Ministro Funaro afirmou que para demitir um corrupto do seu gabinete demorava - no mínimo - dez meses. Ora, se nós do Paraná formos seguir essa linha, jamais iremos acabar com a corrupção, com a ociosidade que tomou conta da máquina. É por isso que se precisa fazer a Reforma Administrativa, é preciso que se faça urgentemente as mudanças, porque, nobre Deputado Pedro Tonelli, as demissões - e eu acredito até que haja algumas demissões injustas - mas a maioria dos demitidos são demitidos porque acostumaram...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência Deputado Domingos Scarpellini, pode, por deferência da Mesa ter mais 15 minutos. Gostaria de saber se Vossa Excelência quer fazer uso do seu tempo.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem) Gostaria, se fosse possível.

O SR. VALDERI VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não interrompendo o Deputado Scarpellini, eu gostaria de solicitar a Mesa acesso a todas as Emendas à Reforma Administrativa, uma vez que estamos prestes a iniciar a reunião da C.C.J. e ainda não tivemos oportunidade de recebê-las, em avulso, para a devida análise. E eu sei que vamos chegar lá e vamos ter o problema das vistas novamente e não vamos ter condições de examinar 55 emendas num mesmo momento. Por outro lado, nós sabemos que estão preparando as Emendas em outro lugar, que não a Casa de Leis, e gostaria de solicitar de Vossa Excelência as providências necessárias para que nós tenhamos,

antes da reunião da C.C.J., acesso a todas as emendas.

É o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência responde a Vossa Excelência que de acordo com o compromisso firmado ontem por todas as Lideranças das Bancadas que compõem esse Legislativo, combinamos que a reunião seria hoje, pela manhã, para que em 48 horas todas as emendas chegassem às devidas Comissões. Porém, estranha esta Presidência, também, nobre Deputado, que até agora a C.C.J. não tenha se reunido. Não sei se por falta da matéria, que consta que estaria na gráfica. Porém, alguns Deputados nos alertaram que esta matéria talvez se encontrasse fora da Casa. O que nos causa estranheza, e pelo número de inscrições em Explicações Pessoais, até nós ficamos cientes que essa matéria está sendo procrastinada e não sendo discutida com seriedade na C.C.J..

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Na verdade, Senhor Presidente, nós recebemos até uma informação de que essas emendas estariam sendo preparadas na Casa Civil do Palácio Iguaçu, o que é lamentável. Eu acho que as emendas devem ser discutidas e preparadas aqui nesta Casa e eu peço, então, a Vossa Excelência, providências nesse sentido.

Apenas para completar, quero dizer que o PDT e os demais Partidos abriram mão do Horário da Liderança e também de Explicações Pessoais para colaborar com a Casa no andamento da Reforma Administrativa. Assim eu pediria ao Deputado Domingos Scarpellini que não usasse mais de quinze minutos, porque se não peço Senhor Presidente, a minha nova inscrição para que eu possa usar a tribuna também.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência convoca o 1. Vice-Presidente, Deputado Eduardo Baggio, para que assuma a Presidência e esta Presidência irá tomar as devidas providências, imediatamente, para que esta Casa possa trabalhar com seriedade.

Continua com a palavra o Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, como relator da matéria da Reforma Administrativa, das Emendas apresentadas, não poderia me calar ante a afirmação do Deputado Algaci Túlio de que as Emendas estariam sendo estudadas e preparadas na Casa Civil. O relator está aqui, mas tem uma equipe estudando todas as Emendas para apresentar seu relatório no menor tempo

possível. Vossas Excelências não de convir que relatar 56 Emendas e cobrar em Plenário, e dizer e afirmar que as coisas estão sendo feitas na Casa Civil, atinge a responsabilidade do Relator desta matéria. Se assim fosse, este Deputado poderia estar na Casa Civil fazendo isto, mas estamos aqui e estamos responsabilizando a nossa equipe, que está trabalhando e elaborando a pesquisa, para que façamos um relatório sério de cada Emenda que temos que apreciar.

Não admito que se insinue que estamos aqui para protelar o trabalho. Estamos aqui para agilizar e honrar o compromisso que foi firmado ontem. Quero esclarecer mais, estou inscrito nas Explicações Pessoais, não com este sentido, mas com o sentido de dar resposta ao ilustre Deputado Pedro Tonelli, que não permitiu um apate em seu pronunciamento. Preciso usar deste direito para responder a ele e dar uma satisfação aos meus companheiros do Sudoeste do Paraná.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, gostaria que fosse respeitada a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência terá de imediato a palavra.

Esta Presidência faz um apelo ao relator da matéria, já que a sessão está praticamente encerrada, pois a matéria mais séria e mais grave é a da Comissão de Constituição e Justiça, que os membros da Comissão de Constituição e Justiça se desloquem deste Plenário para a mesma, para que possamos estudar as Emendas durante a tarde e a noite, e passá-las à Comissão de Finanças e de Recursos Humanos. Se esta Presidência não tiver a matéria em condição de estudo até o fim desta sessão, não a incluirá na Ordem do Dia para a sessão de amanhã.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Aceito o apelo de Vossa Excelência. Encerrada a sessão, de minha parte estou à disposição para relatar a matéria até o fim da noite. Não me canso disto e assim como não me cansei ontem, quando cheguei de viagem às duas e quinze, e compareci ao Plenário para honrar o compromisso de participar nas sessões. Permaneci na Casa até as vinte horas e depois até a meia-noite, estudando o projeto da Reforma Administrativa. Não me furto ficar acordado hoje para honrar o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência entendeu que Vossa Excelência transfere a inscrição das Explicações Pessoais para a sessão de amanhã?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
Tenho o direito de falar desta tribuna, Senhor Presidente!

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) -  
Causa-me estranheza o que ocorre, porque na tarde de ontem um grupo de Deputados estava disposto a analisar e votar as Emendas em número de 56. E hoje vemos a Comissão de Constituição e Justiça sendo responsabilizada pela falta de análise às devidas Emendas. Como membro desta Comissão, em nome também do Deputado Artagão Mattos Leão, estamos dispostos, a partir deste momento, a reunir-nos por tempo indeterminado na C.C.J., para analisar a mensagem de tamanha importância. Portanto, solicito ao Deputado Nereu Massignan e ao nobre Deputado Domingos Scarpellini, para que em nome da Bancada do PMDB e para analisar uma matéria de tamanha importância, deixemos as Explicações Pessoais para a sessão de amanhã e passemos a analisar Emenda por Emenda na Sala das Comissões.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu entendo que o pensamento de Vossa Excelência é muito importante para este Poder Legislativo. Parabéns também o Deputado Tadeu Lúcio Machado pela sua colocação em relação à reunião da Comissão de Constituição e Justiça. E faria um apelo ao ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan, dizendo que nós cederíamos amanhã o Horário da Liderança, em comum acordo com os Deputados Caíto Quintana e Nestor Baptista, para que o Deputado Nereu Carlos Massignan desse a resposta ao ilustre Deputado Pedro Tonelli. Mas gostaria que o Deputado Nereu Carlos Massignan considerasse esse momento difícil, de responsabilidade, para que possam se reunir as Comissões para decidir os destinos das Emendas.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Também quero colaborar e concordo com as palavras do Deputado Tadeu Lúcio Machado que citou que o grupo de Deputados estava apressado em aprovar o projeto, com todas as Emendas, inclusive. O que estranhamos é que, nesta Casa, desde o início desse período, apenas em uma oportunidade utilizou-se as Explicações Pessoais. Parece-me uma manobra até certo ponto safada, e eu peço a atenção da Casa para o artigo 146, § 2., Senhor Presidente, que diz "Quando pelo número ou importância das emendas oferecidas em segunda discussão se tornar difícil o pronunciamento imediato da Assembléia, o Presidente, a requerimento de qualquer Deputado, enviará o Projeto à Comissão competente, para emitir Parecer, o qual será impresso

e distribuído em avulsos, sem sofrer porém discussão especial".

Este processo deveria estar na Comissão para que todos os membros o discutissem, e não estar na mão do Relator para fazer relatório sem discutir as emendas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Qual o artigo que Vossa Excelência invoca?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O artigo do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Como Vossa Excelência não o cita, concedo a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini, e passo a Presidência ao 1.º vice-Presidente.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Concedo aparte ao Deputado Nereu Massignan.  
(O Deputado Nereu Massignan, não falou em aparte).

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos falando da Reforma Administrativa. Estamos falando das coisas que podem agilizar a máquina administrativa deste Estado, para que nós aqui no Paraná não tenhamos que lamentar no futuro aquilo que o Ministro Dilson Funaro ontem lamentou, que para exonerar um corrupto do seu Gabinete, ele demorou dez meses.

O Sr. Nereu Massignan - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Eu endosso o que disse fora do microfone e repito, há uma tentativa de se implantar o AI-5 dentro deste Plenário, e parece até que especificamente ao Deputado Nereu Carlos Massignan. Ontem, eu fui convocado para descer da Tribuna, hoje, eu sou cassado da minha palavra de novo, com insinuações quanto a minha responsabilidade, como Relator da Comissão de Constituição e Justiça, de que eu sou um irresponsável e que estou tratando de atrasar a aprovação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Vossa Excelência é que está fazendo essas afirmações a seu respeito. Esta Presidência sempre tem mantido o respeito com todos os Senhores Deputados.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Senhor Presidente, permita-me falar, Senhor Pre-

sidente, ou Vossa Excelência vai confirmar o que eu estou dizendo aqui não me deixando falar.

Nesta Casa, o parlamentar tem o direito de conversar ou não? Se não tiver, eu vou na praça, eu vou no Sudoeste, conversar com os meus companheiros que foram acusados. Permita-me o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Vossa Excelência está tendo. Pode falar.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Eu apelo a Vossa Excelência, e atendendo ao pedido do ilustre companheiro Deputado Dirceu Manfrinato, vou deixar a sessão e me dirigir à reunião de Comissão de Constituição e Justiça para lá cumprir com o dever e ao apelo do companheiro Deputado Dirceu Manfrinato.

Mas quero deixar aqui, nobres Deputados, registrado que se hoje não fui à Tribuna para defender os Prefeitos do Sudoeste, aqui acusados pelo Deputado Pedro Tonelli, voltaremos amanhã, porque seria de minha parte extrema ingratidão não levantar minha voz em defesa dos Prefeitos, dos líderes políticos da região mais politizada e guerreira que nós temos no Paraná. Não seria digno de meu mandato se eu abandonasse meus companheiros numa hora em que lhes fazem uma grave acusação. Quero dizer mais, aos Senhores Deputados componentes da Comissão de Constituição e Justiça que estejam lá comigo agora, porque eu não perdoarei a ausência de ninguém.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, um aparte de colaboração, um aparte que veio enriquecer ainda mais esse Parlamento e esta Casa. O respeito que temos pelo Parlamento, eleito livremente pelo povo do Paraná, nos dá neste momento o direito de, ao reivindicar a implantação dessa Reforma Administrativa, defender aqui as posições do Governo, e mais propriamente as posições do Secretário de Agricultura, e da direção da ACARPA, quando exonera alguns funcionários que foram despedidos do serviço público por ociosidade. Estes funcionários deveriam estar no campo para ajudar o pequeno e o médio agricultor. No entanto, a maioria deles apenas se prestava a ficar atrás das escrivadinhas, a bater relatórios, quando na verdade deveriam estar como mão auxiliadora do agricultor, semeando a tecnologia no campo, e não levando a burocracia e a tecnocracia aos nossos agricultores.

Nós interpelamos aqui o Deputado Pedro Tonelli para que venha a esta Assembléia e dê os nomes dos Prefeitos do Sudoeste do Paraná, que estão envolvidos com essa diabólica UDR, que tanto mal já fez à de-

mocracia e ao povo brasileiro, e que certamente continuará fazendo, se as vozes não se somarem nos parlamentos, nas ruas e nas praças, em defesa dos mais altos e legítimos interesses do povo brasileiro, que certamente não são os interesses da UDR.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Já concederei aparte a Vossa Excelência, nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu também quero um aparte, nobre Deputado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falou-se em marajás, em funcionários fantasmas, pediu-se e fala-se nas praças, nas ruas, e por todos os cantos do Estado, que eles devem ser demitidos. Apregoa-se a moralidade administrativa, e no entanto, quando se começa a executar algumas degolas, já começam a se levantar as vozes do protecionismo aos fantasmas, aos ociosos.

Eu tenho pedido para se tomar providências, para se agilizar a máquina administrativa, porque o povo não pode esperar mais. O povo já foi muito complacente com seus governos. Antes era um governo autoritário, ditatorial, que vinha em nome de uma soberania, que também não existia, que vinha em nome de uma minoria que representa a elite neste País. Se hoje implanta-se o regime semi-democrático no País, é preciso que se exerça a democracia em toda a sua plenitude, para que possamos passar do regime semi-democrático, para uma democracia plena.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A amostra da fraqueza e da discussão nos parlamentos, está aí. O País e o povo sempre clamaram por moratória. No entanto, no momento em que as multinacionais e os banqueiros internacionais estavam a demitir o Ministro da moratória, os movimentos de massas fugiram.

Onde estava o PR para apoiar o Ministro da moratória? Onde estavam as forças mais vivas e autênticas do PMDB para ir às ruas e mobilizar a população, pela soberania nacional? Perguntamos se bastam apenas os resultados das eleições de 15 de novembro, se realmente queremos ver uma democracia plena e a soberania a balançar nos postes de todo este País.

Ou basta elegermos Deputados, lotarmos nossos gabinetes, encaminharmos os nossos DAS e esquecermos dos grandes compromissos com o povo?

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não foram esses os compromissos assumidos em praça pública, não foram es-

ses os nossos compromissos ao longo dos 20 anos de ditadura. Os compromissos foram com a moralidade, com a soberania; os compromissos foram para que o povo se autogovernasse, e não para que uma meia dúzia se locupletasse no poder.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu só queria nesta oportunidade, lamentar o fato ocorrido com relação à Comissão de Constituição e Justiça.

Quando o Deputado Algaci Túlio levanta dúvidas quanto a idoneidade dos Srs. Deputados pertencentes à Comissão, ninguém está reunido, escondido, ninguém tem as pretensões de fazer injustiças nesta Assembléia Legislativa do Estado.

Tanto é que está aqui o Deputado Erondy Silvério, brilhante Deputado, que faz parte desta Comissão; está aqui o Deputado Acyr Mezzadri.

O que lamento, nobres Colegas, é a forma com que quiseram injustiçar o Deputado Nereu Carlos Massignan, acusando e responsabilizando um Deputado que conhecemos aqui nesta Assembléia Legislativa, assim como conhecemos a sua integridade junto à Casa Civil do Governo José Richa.

Eu quero aqui registrar o meu voto de repúdio a esta declaração infundada e irresponsável do Deputado Algaci Túlio, quando feria a integridade do Deputado, que merece respeito.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu queria dizer que em momento algum este Deputado levantou qualquer suspeita em relação a qualquer um dos Parlamentares desta Casa.

Este Deputado apenas transmitiu a informação que lhe chegou, e ciente do fato de que o relator da matéria não estava com o projeto em mãos, e tanto isto é verdade que o projeto não se apresenta na Mesa, nem deveria estar, mas pelo menos para provar que a situação é o oposto do que eu falei, deveria se mostrar o projeto. Além do que, em momento algum, este Deputado agiu com irresponsabilidade, apenas se manifestou a partir das informações que obtivemos, e se não fosse assim, o Presidente desta Casa não deixaria o posto para ir atrás do projeto.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Então Vossa Excelência, ilustre Deputado, da próxima vez, procure se informar melhor, para não atingir a dignidade de um Deputado que merece respeito e consideração, e o qual na verdade Vossa Excelência acusou dizendo que as emendas estavam na Casa Civil.

Mas, ilustre Deputado Scarpellini, quando Vossa Excelência fala do Líder único do PI desta Casa, que fala em defesa

dos trabalhadores, ele depois que passou a ser Líder do PT, que recebeu um carro oficial com motorista, já esqueceu de defender os trabalhadores, assunto que tanto pregou na sua campanha e nos primeiros discursos neste Poder Legislativo. Esqueceu-se, repito o que falei ontem, um homem que defende o trabalhador, esqueceu-se de prestar a sua homenagem aos trabalhadores, já que ontem era o Dia das Empregadas Domésticas. Mas é evidente que quando se passa a viver desta forma, quando se passa a ser apenas um robô teleguiado por meia dúzia de pessoas, aí realmente Vossa Excelência tem razão, ilustre Deputado Domingos Scarpellini, e acima de tudo, um homem que se intitula defensor do trabalhador ligado à UDR neste Estado e neste Brasil, não é um homem que defende o trabalhador.

Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de, ao agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede, dizer da satisfação de poder apartear-lo, porque Vossa Excelência em todas as suas participações nesta Casa, tem demonstrado a sua real preocupação, quer com a Reforma Administrativa, quer com os problemas do Estado e mesmo do País, e Vossa Excelência tem também as minhas congratulações quando cita o nome deste nosso grande Ministro da Fazenda, um dos maiores que este País já teve, que foi demitido após ser pressionado, ele e o Presidente Sarney, pelas multinacionais, pelos órgãos financeiros. O Ministro Dilson Funaro é responsável por um dos passos na sua demissão, ou seja, o ônus de não ter feito os realinhamentos do Cruzado I, quando necessários.

Tais realinhamentos ele chegou a anunciar ao País, e o próprio Presidente Sarney os proibiu, porque o Cruzado I trouxera as vantagens políticas, de todos conhecidas, para os partidos que compõem a Aliança Democrática lá em Brasília.

Por isso, ilustre e eminente Deputado, as minhas congratulações a Vossa Excelência, que defende o ex-Ministro Funaro que, com muita coragem, disse não aos banqueiros e sim ao nosso Brasil, a esse Brasil que não queremos ver nas mãos dos órgãos financeiros que querem a volta ao FMI, e que querem levar, talvez, até a nossa própria Amazônia.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa que o tempo concedido pelo Presidente anterior encontra-se esgotado.

Trinta segundos para concluir.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu o cumprimento, nobre Deputado. Cumprimento-o também quando fala das pessoas que vivem com quem assalta bancos, mas não querem conviver com aqueles que têm que ser demitidos do Estado. Esta Reforma Administrativa é uma reforma que vem moralizar. Nós queremos a "Reforma Já".

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço os apartes que me foram solicitados; lamento não ter podido dar a todos os Deputados que o pediram, pois assim poderíamos melhorar o nível de debate.

Mas fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso repúdio ao manifesto dos funcionários da ACARPA, em relação ao Sr. Secretário da Agricultura, e as demissões que estão sendo realizadas pela Secretaria da Agricultura e pela ACARPA, e fica aqui o nosso voto de confiança, como Presidente da Comissão de Agricultura que somos, - fomos eleitos hoje -, e aqui então, neste momento, registramos o nosso voto de solidariedade ao Governo, para que realmente possamos fazer o campo mais feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra, dentro ainda das Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu abro mão da palavra, Sr. Presidente, e apenas quero avisar ao Plenário que os componentes da Comissão de Constituição e Justiça estão na sala aguardando a presença do Presidente da Comissão e do referido projeto, que até agora não se encontra lá, e misteriosamente, quem sabe, permaneça fora da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência agradece e consulta o Deputado Lindolfo Júnior, se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior, por quinze minutos, improrrogáveis.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas Irondi Pugliesi, Vera Agibert, amigos que acompanham os trabalhos dos Deputados.

Ascendemos à esta tribuna, Sr. Presidente, para lembrar que vivemos e deslumbramos um novo Paraná.

Neste momento, gostaria de lembrar desta tribuna, a satisfação de conhecer o

saudoso homem de brio, competente Deputado Estadual que por esta Casa também passou, Deputado Gabriel Sampaio.

E, naquela oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Gabriel Sampaio nos dizia que todo homem público, para que seja efetivamente respeitado, precisa tomar uma postura, assumir uma posição, levantar a sua bandeira.

E, na campanha de 1986, rebuscando palavras do saudoso Gabriel, decidimos apoiar a candidatura do então Governador Álvaro Dias. Álvaro, com sua vida traçada, a sua trajetória feita de trabalho registrado nesta Casa, na Câmara Municipal de Londrina, na Câmara Federal, quando levantou a sua voz em prol do professorado. Álvaro Dias, que lutou pela aposentadoria dos professores, eleito Senador, olhou o lado do social, e buscou, acima de tudo, lutar pelas questões paranistas. Este foi o candidato ao Governo do Estado, mesmo contra todas as forças do nosso Partido, contra aqueles que queriam nos impor goela abaixo, um candidato de uma coligação.

Nós nos definimos, nos decidimos, balizados, acima de tudo, no princípio do saudoso Gabriel Sampaio, que por esta Casa também passou, o de jamais ficar em cima do muro. Álvaro Dias veio, obteve um sim da maioria esmagadora deste Estado e também contou com o nosso apoio.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, vale a pena ressaltar aos Srs. Deputados, nenhum acordo obscuro foi feito entre o candidato a Governador e o candidato a Deputado naquela oportunidade. O único compromisso era com o povo paranaense, com as questões primordiais, com o social, que está esquecido em nosso Estado e em nosso País. E agora discutimos uma modernização administrativa, a Reforma Administrativa. Nós não somos contra, Sr. Presidente, o PFL não é contra a modernização administrativa, contra a moralização, contra os fantasmas, contra aqueles apaniguados, protegidos por determinados políticos deste Estado. O PFL, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é contra a moralização que o Governador quer implementar neste Estado, que é o celeiro deste País. Um Estado que precisa ser colocado no seu patamar, um Estado que não pode ser esquecido por aqueles que pensam e que acham que esta Nação é feita somente do café de São Paulo e do leite de Minas Gerais.

O trabalhador necessita não somente do café e do leite, a classe operária, os proletários, os sofridos, desde os mais humildes até os mais abastados, necessitam também do pão, da manteiga. E o pão e a manteiga pertencem ao Paraná.

Precisamos valorizar este Estado e nos unir, numa posição suprapartidária, interpartidária, para discutirmos com afincos os



problemas deste Estado.

Em Maringá, na abertura da exposição, o Governador Álvaro Dias dizia e ratificava a sua proposta de modernização administrativa do Estado. Afirmava ele que a reforma prosseguiria contra os fantasmas, contra aqueles que não querem trabalhar, contra os marajás. E hoje está aí a notícia de que 25 funcionários da CAFE DO PARANÁ - da filial de Maringá, foram dispensados, demitidos, alguns deles até ganhando Cz\$ 2 mil, e quero crer que Vossas Excelências...

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Acompanhando atentamente o pronunciamento do Deputado Lindolfo Júnior, vejo que ele tem, evidentemente, um grande conteúdo. Mas o que me preocupa, Deputado Lindolfo Júnior, é que a Reforma Administrativa encaminhada pelo Governador Álvaro Dias, na verdade, essa Reforma não reforma absolutamente nada, ou, pelo contrário, esta Reforma vai tirar prerrogativas escassas que nós, parlamentares, ainda temos. O pouco que temos será tirado por esta Reforma Administrativa, além do que não se aperceberam, talvez, os homens do lado de lá, os homens do Partido do Governo, que com esta Reforma, com esta regionalização que ela impõe perdem os Srs. Deputados, especialmente do PMDB, praticamente seu mando político, ou pelo menos suas lideranças nas suas regiões, porque, uma vez criadas estas regionais, a exemplo do que fez aqui em Curitiba o Prefeito Roberto Requião, quando esvaziou o poder de trabalho do Vereador. Perdeu o Vereador as suas prerrogativas. Hoje ele é apenas um Parlamentar de Gabinete, ou então, de Plenário. Não tem mais a força que deveria ter fora da Câmara. O mesmo irá ocorrer, fatalmente, com esta Casa de Leis.

Queria cumprimentá-lo em relação ao pronunciamento Deputado e, mais uma vez, pedir o bom senso dos Deputados do PMDB, para que analisem, reflitam em relação às emendas à esta mensagem. As 58 emendas apresentadas são importantes e de interesse desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, o qual vem enriquecer o nosso pronunciamento, e gostaria de conceder aparte ao Deputado representante da Região de Cianorte, Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Nobre Deputado, não havia solicitado de Vossa Excelência o aparte, mas me inscrevo e gostaria que Vossa Excelência atendesse o Deputado Nilton Barbosa, que está solicitando um

aparte. Me inscrevo posteriormente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Perfeito.

Concedo o aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Agradeço a Vossa Excelência, o aparte que me concede.

Sinto-me dignificado de ter a honra de, junto com os Deputados Dirceu Manfrinato e Nelson Vasconcellos, representar a microrregião 11, da qual faz parte também o Deputado da sua Bancada, amigo e companheiro, Alexandre Ceranto.

Deputado, estamos acompanhando atentamente seu pronunciamento. É evidente que se implanta no Estado uma reforma administrativa. Esta reforma diz que serão demitidos cinco mil funcionários, eliminando-se cinco mil cargos, sendo alguns deles ocupados até por funcionários de muito tempo e que vem ocupando dois ou três cargos deste montante. É evidente que quando se fala numa reforma que quer moralizar, alguns até poderão ser injustamente demitidos.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado...

O Sr. Nilton Barbosa - Em se tratando de cinco mil demissões, é evidente que se tem que dar ao menos o percentual de dez por cento de margem de erro para que também chamemos depois os responsáveis por esta implantação, para que os casos de injustiça sejam revistos. A regulamentação, como diz o Deputado da bancada do PDT, Algaci Túlio, vem ao encontro dos anseios do povo do Paraná. Muitos companheiros de nossa região têm dificuldade de se dirigir à Curitiba para tratar de assuntos com relação à administração pública estadual. Assim teremos a condição de lá, na sede de cada microrregião, podermos atender aqueles que aqui querem vir e não tem condições.

Como Deputado eleito pelo povo, com aproximadamente 30 mil votos, dizemos que isto fez parte de nossa campanha, quando fomos candidatos a Deputado Estadual. Sabíamos que para cá vínhamos para legislar. Não vínhamos para ser assistentes sociais de gravata, ou despachantes de gravata.

Entendemos que a regularização de que trata a Reforma Administrativa não nos tira poderes e sim nos dá a alegria de ser em nossas regiões prestigiadas pelo Governo do Estado, indo ao encontro do povo, dos seus desejos. Agradeço Vossa Excelência que pede que eu me apresse porque seu tempo está para se esgotar, mas agradeço e quando tiver oportunidade de novamente apartear-lo o faremos com muita honra, porque é sempre um prazer poder apartear um Deputado jovem, cheio de esperança e que



representa com muita dignidade a região de Maringá.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito nos envaidece também a presença de Vossa Excelência, nesta Casa, Deputado Nilton Barbosa, e ficamos felizes também com o Deputado José Afonso Júnior, e com os demais Deputados, que vêm pela primeira vez, para somarmos com aqueles que já retornaram à esta Casa, depois de vários serviços prestados ao Paraná, para que possamos aprender um pouco mais.

Deputado Dirceu Manfrinato, ouço Vossa Excelência com muito prazer, só pedirei que fosse breve.

O SR. Dirceu Manfrinato- Serei breve. Só gostaria de dizer a Vossa Excelência que acredito no governador Álvaro Dias e tenho certeza que Vossa Excelência também acredita. Esta reforma administrativa vem ao encontro das aspirações da população do Paraná. Tanto tenho certeza que Vossa Excelência acredita no Governador Álvaro Dias, do Paraná, do povo do Paraná, para apoiar o ilustre Governador Álvaro Dias. Se Vossa Excelência teve este gesto, é porque acredita no Governador Álvaro Dias. Obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado. Isto prova o nosso desprendimento, inclusive em qualquer situação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência informa ao Deputado que seu tempo está esgotado e concede um minuto para concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Deputado, nós não pertencemos ao partido do Governo, mas gostaríamos de requerer, como fez o Deputado Domingos Scarpellini...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência informa que é unicamente a critério do Presidente a prorrogação ou não do seu tempo.

Concedi um minuto porque existem vários Deputados que querem fazer uso das Explicações Pessoais, e não por ser de um outro Partido. Não é desmerecimento a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que seja eu o próximo Deputado nas Explicações Pessoais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É o Senhor.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Perfeitamente. Gostaria de declinar em virtude de ser

membro da Comissão de Constituição e Justiça, que já está reunida. Pedi que fosse inscrito nas Explicações Pessoais, para que pudesse responder o representante do PDT, Senhor Deputado Valderi Mendes Villela, a respeito da instalação da agência regional do Banco do Estado do Paraná, na Cidade de Santo Antônio da Platina, onde fui Prefeito. Hoje pela manhã, em audiência que mantive com o doutor Funardi, ficou acertado que pudesse responder ao colega que ontem colocou algumas posições contrárias à esta instalação.

Sendo assim, pediria a Vossa Excelência que concedesse ao meu amigo e companheiro Deputado Lindolfo Júnior, os quinze minutos que eu teria direito, para que ele possa terminar, a brilhante colocação que está fazendo na tarde de hoje.

Muito obrigado e peço permissão para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acata o pedido e concede ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior, o tempo necessário.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado Senhor Presidente Eduardo Baggio e muito obrigado também ao jovem e talentoso, competente Deputado Estadual José Afonso Júnior que só está aqui porque foi e sabemos disto, um grande Prefeito na sua Cidade, Santo Antonio da Platina. Porque todos sabemos que um Prefeito, após quatro anos de mandato, está desgastado. Só nós sentimos na pele o problema de um desgaste de um amigo de um companheiro que não consegue passar a sua mensagem. Isto não aconteceu com o Senhor Deputado José Afonso Júnior, que, depois de quatro anos de brilhante administração, vem com mais de 80% dos votos válidos somente de sua Cidade. Parabéns Senhor Deputado e tenho a certeza que em 88 os eleitores querem novamente Vossa Excelência como Prefeito de Santo Antônio da Platina.

Concedo o aparte ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado. Apenas para esclarecer que num aparte anterior, o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato dizia que Vossa Excelência deixou de apoiar o candidato da coligação porque acreditava nos propósitos do Senhor Álvaro Dias. Quero deixar bem claro que aqueles que não apoiaram Álvaro Dias não deixaram de acreditar no seu trabalho. Tanto é verdade que todos nós unidos, independente de cores partidárias, estamos torcendo para um Governo correto, firme com muita moral como está impondo neste momento, e estaremos immanados neste sentido. O fato de que eu, ou outro Deputado, deu apoio a outro can-

didato, não quer dizer que não acreditou neste ou naquele, foi uma questão de preferência.

Quero pedir a permissão para que me ausente do Plenário, porque desejo acompanhar o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, onde tenho quinze emendas de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acata seu pedido.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar que, mais uma vez, veio a se confirmar que cometeram uma injustiça com o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan. Está aí mais uma prova que o Senhor Algaci Túlio está se dirigindo agora para as Comissões, quando alegaram que a reunião estava sendo secreta. Vem de encontro e passa a ser uma injustiça que cometeram com o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. ALGACI TÚLIO - É que chegou agora o processo, Senhor Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, continuando nosso pronunciamento, temos alguns Senhores Deputados ainda aqui no Plenário, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Senhora Deputada Vera, Deputado Dirceu Manfrinato, Deputado Domingos Scarpellini, Deputado Antônio Belinati, Deputado Pirajá Ferreira, Deputado Eduardo Baggio, Deputado Alexandre Ceranto, mas se não temos muitos Deputados no Plenário, por certo esses estão em seus Gabinetes atendendo seus Prefeitos, o eleitorado, as reivindicações da nossa gente do Estado do Paraná, Senhor Deputado Raul Lopes também por aqui, e por certo acompanham atentamente também o nosso pronunciamento como os demais funcionários desta Casa que são transeuntes também desta Casa de Leis.

Mas, Senhor Presidente, viemos para Curitiba com o propósito e com a intenção de acertar. Acertar, para que daqui três anos e meio ou quatro anos, não sejamos cobrados e chamados de omissos. E é por isto que levanto esta questão.

Levanto também esta questão em nome principalmente daqueles que estão ligados ao seu eleitorado pelo rádio, pela televisão, como o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Deputado Pirajá Ferreira, que na saída do seu programa é cobrado de determinadas posições nos meios de comunicação em que trabalham.

Porque esta gente que nos elegeu Senhor Presidente, é a gente que fala a linguagem simples, é o povo sincero e quer achava de tudo uma mão estendida porque precisam.

E se viemos para esta Casa de Leis, e

se deixei a minha querida Maringá, e se deixei toda a minha atividade profissional e residindo aqui em Curitiba, na Capital do Estado, todos os finais de semana como Vossas Excelências também o fazem, juntos, fazemos a peregrinação por este Estado em busca de soluções para esta gente que está sendo vilipendiada, sofrendo as agruras do dia a dia pela falta de uma mão estendida. Gostaria de dizer, Senhor Presidente, nessa tribuna que acredito sim no Governador Álvaro Dias, na equipe de Governo, nos Senhores que aqui estão e que formam este Parlamento porque são homens responsáveis, homens que honram as suas palavras e as Senhoras Deputadas que também representam a mulher que precisa de voz, e já têm as suas vozes representadas neste Parlamento.

Então, Senhor Governador, peço encarecidamente que quando um problema for levantado, temos a certeza Vossa Excelência não se excusará de resolvê-los em separado.

Temos aqui alguns problemas de Maringá, como temos certeza de que existem em Londrina, em Curitiba, em Cianorte, em Cascavel, em Umuarama, de pessoas que estão sendo demitidas de forma injusta.

E citarei até os nomes nesta tribuna. Temos e tivemos a satisfação e ao mesmo tempo a tristeza de conversar com Wagner Rodrigues, com Ismael Garcia de Campos, dois funcionários competentes da CAFE do Paraná, em Maringá. Homens, Senhores Deputados, que nunca militaram na política, sempre foram apertadários, jamais foram filiados a nenhum partido político e nem tampouco trabalharam para candidatos e agora estes mesmos homens, apolíticos, de um departamento administrativo estão aí dia 1. de abril, demitidos.

Quero crer que o Senhor Governador reexaminará este problema e tenho a certeza, cristão que é, homem de uma conduta elibada, sensível aos problemas dos mais simples como ele sempre foi, examinará com carinho essa questão. E novamente, se o critério é a probidade, a competência, a disciplina, tenho a certeza que esses, como diversos funcionários, voltarão aos seus trabalhos.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Solicito um aparte. (Assentimento).

Senhor Deputado, quando se fala com relação ao Governador Álvaro Dias, através de sua conduta, do seu passado na vida pública, não precisamos se esforçar muito, porque a vida do Governador Álvaro Dias tem sido neste Estado, um livro aberto. Um livro com passado invejável aos homens públicos deste Estado e deste País.

Um moço que iniciou sua vida pública na cidade de Londrina que Vossa Excelência

sabe muito bem disso, que deixa uma marca e continuará deixando na sua trajetória da sua vida pública, acima de tudo pela sua dignidade e pela honestidade. Gostaria de dizer quando Vossa Excelência levanta a questão das demissões da CAFE do Paraná, em Maringá. Em Cianorte também ocorreu ilustre Deputado, e posso lhe afirmar que as indicações da época foram feitas através de pedido deste Deputado aos funcionários que lá estavam na sede da CAFE do Paraná. Mas lamentavelmente ilustre Deputado, isso não é culpa do Governador do Paraná, não é culpa do Secretário da Agricultura, Doutor Osmar Fernandes Dias, são problemas que surgiram dado a falta de produto no mercado brasileiro, e que impossível, não tendo a mercadoria para ser negociada, é que o governo teria que suportar uma despesa impossível de manter na CAFE do Paraná. Posteriormente, levaremos esse assunto mais a fundo, porque está expirado o horário de Vossa Excelência e eu quero dar oportunidade de Vossa Excelência encerrar.

Muito obrigado!

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado,

Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, tenho a certeza que a Bancada do PMDB pensa da mesma forma em que apregoeou no passado, colocarmos acima de tudo, o povo acima de qualquer partido político, de qualquer cor, agremiação ou sigla partidária.

E recordava aqui, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eleito com a maior votação de Londrina para Vereador, ainda no PDS, criticando os desmandos dos desgovernos do PDS. Saibam que esse mesmo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, hoje Deputado Estadual, o mais votado no Paraná, levanta também a sua voz nos seus programas, contra eventuais desgovernos do próprio PMDB. Agora, quem está certo? O PMDB, o PDS, o PDT, o PFL? Ora Senhores, partidos são siglas onde nos aglutinamos para sermos candidatos.

Em todos os partidos políticos existem os homens bem intencionados, os sérios, aqueles que sintonizam suas palavras com suas ações. Mas em todos os partidos, do PDS, do PFL, do PDT, no PMDB enfim, em todos os partidos existem também os crápulas, os oportunistas, aqueles que querem se abrigar numa legenda para se lucopletarem, para sugarem o Poder. Aqueles que ontem reclamavam dos fantasmas, e este não é o caso do Governador Álvaro Dias, que está querendo moralizar este Estado.

Hoje, alguns deste mesmo Partido, o PMDB, quando tem uma oportunidade, querem esta mesma...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encerrar a prorrogação do seu tempo, mais trinta segundos, nobre Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Hoje, Senhor Presidente, aqueles que reclamavam tanto dos homens do Governo, alguns até, utilizando-se destas benesses.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Caro Deputado Lindolfo Júnior. Estive ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência e senti no ilustre Parlamentar um desabafo, nesta Casa.

Ouvindo o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, que considero irmão, e ele o sabe, que tivemos longas caminhadas no MDB, depois o abandonei, aliás, antes tive longas caminhadas com o Deputado Antônio Belinati, também no MDB, viajamos o Paraná inteiro, eu, Álvaro Dias, Belinati, o ex-Deputado Del Ciel, fui mestre de cerimônias do ex-Deputado Álvaro Dias, em vários palanques no Estado do Paraná, fui mestre de cerimônia do Senhor Deputado Antônio Belinati, fui mestre de cerimônias do ex-Deputado Manfrinato, irmão do Deputado Dirceu Manfrinato, em vários comícios no Paraná, fiz várias campanhas com o Deputado Anibal Khury, acompanhei e era MDB, depois fui para o PDS. Interessante, no PDS, quando a polícia batia, era a polícia do PDS, quando acontecia qualquer coisa de anormal no País, era o Governo do PDS; fui eleito o vereador mais votado pelo PDS, na época, o "cadeia", quase ganha do Alborghetti, porque não havia registrado o sobrenome "cadeia" e o Alborghetti assim mesmo conseguiu ser o vereador mais votado de Londrina.

Fui convidado para vir ao PMDB, pelo ilustre governador Álvaro Dias. Álvaro que já acompanhei em tantas cidades do Paraná; Richa; acompanhei tantos ilustres homens, e chego a conclusão nesta tarde, que não é o Partido político, que faz o homem, como diz o Deputado Lindolfo Júnior, são os homens que fazem os seus Partidos políticos.

Eu estava no meu gabinete agora à tarde, com aquela procissão imensa distribuindo esta insignificante, esta miserável verba, de Assistência Social, que recebo nesta Assembléia, mais de 20 mil cruzados, aquela fila enorme de problemas, de pessoas chorando, reclamando, pessoas querendo tratar de dentes, outros precisando de médicos, anestesistas, outros precisando de auxílio bolsa, outros precisando de empregos; aí vejo a Reforma Administrativa do meu Governador, digo meu, porque é meu particular amigo, acredito neste moço,

neste jovem governador Álvaro Dias, e tenho a satisfação de tê-lo como amigo e irmão.

Acredito na Reforma, desde que seja uma reforma ponderada. Eu tenho uma emenda, nem sei o que vai acontecer hoje na Comissão de Justiça. Não sei se a minha Emenda vai ser rejeitada ou não, a respeito do menor abandonado. Tenho uma série de idéias na cabeça. Vim para esta Casa com uma vontade imensa de trabalhar e estou trabalhando, como acredito que todos os Senhores Deputados desta Casa estejam trabalhando.

Mas hoje, eu conversava comigo mesmo, ao ouvir o depoimento do Deputado Lindolfo Júnior, e ao ouvir o depoimento, outro dia, da minha querida Deputada Vera Agibert, e do meu querido Deputado Domingos Scarpellini, meu amigo, meu irmão que eu adoro tanto. Às vezes ouvindo o depoimento do Deputado Pirajá Ferreira, sem distinção partidária, Deputado Algaci Túlio, Antônio Belinati, de todos os Deputados. Estou com quarenta e dois anos de idade e nunca votei num Presidente da República, nunca tive a satisfação de ir às urnas e colocar o meu voto, como eu votei em Álvaro Dias, Afonso Camargo, José Richa, porém não tive a satisfação de votar num Presidente da República.

Às vezes, vejo o Deputado Pedro Tonelli trazendo também nessa tribuna as suas lamentações, a sua vontade de querer consertar este País. Respeito as suas idéias. Vejo o Deputado Dirceu Manfrinato às vezes revoltado, bravo, também querendo alguma coisa, almejando soluções imediatas ao Paraná, nesta Reforma que aí está por vir e virá - acredito em Deus, que será uma reforma humana, porque se não o for, serei o primeiro a vir a essa tribuna e cobrar do Governador Álvaro Dias.

Mas, eu pergunto: todos os dias eu vejo o Deputado Ulysses Guimarães falando em Constituinte, uma série de Líderes do PFL, do PDT, do PT e uma juventude vindo aí com uma vontade enorme também de participar desta classe política. Às vezes, fico pensando dentro de mim, ouvindo hoje o Deputado Lindolfo Júnior, por que não paramos tudo neste país e começamos tudo de novo? Por que não criamos neste País o direito, que eu e o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, de podermos votar no Presidente da República? Por que eu não posso escolher o meu Presidente? Por que o PDT não pode lançar o seu candidato? O PT? O PTB? O PFL? E o meu PMDB? Por que nós não temos condições de sair às ruas e pregar a política dos nossos candidatos?

O meu filho fez agora em fevereiro dezoito anos e está no meu gabinete atendendo o povo pobre que me procura; não estou dizendo que sou o dono da verdade, que só

eu que atendo a população pobre do Paraná, não, todos os Senhores atendem, todos os gabinetes abarrotados de pessoas pobres do Paraná que pensam que o Deputado é um super-homem, que ele pode solucionar o problema da justiça social deste País. Mas, fico pensando Senhores, por que eu não posso votar para o meu Presidente?

Tenho quarenta e dois anos, e não votei ainda num Presidente da República. O meu filho me perguntava agora há pouco: "Pai, será que eu ainda vou votar num Presidente da República neste País? Eu não soube responder Senhor Presidente, Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, Senhor Deputado Lindolfo Júnior! Fico indeciso, às vezes, e não sei por onde caminhar, vejo tantas indecisões no meu País, e sei que quando o PDS estava no Governo nada dava certo. Agora, o meu Partido está no Governo, estamos tentando acertar, alguma coisa parece que está errada. Às vezes observo o PT subir à tribuna, o Senhor Deputado Pedro Tonelli também trazendo as suas propostas, reconheço, noto, também, o PDT também trazendo as suas propostas, e o PMDB, orgulho-me de estar neste Partido. Não é o PMDB que me fez o Deputado mais votado no Paraná. Não. São as minhas idéias, foram as plataformas de trabalho, a vontade de trabalhar, de lutar, de mudar o Paraná. Por isso, que acredito em Álvaro Dias, ainda no meu PMDB, mas, também, não deixo de acreditar em algumas soluções apresentadas pelo Deputado Pedro Tonelli, do deputado Antônio Belinati, do Deputado Lindolfo Júnior, do Deputado Domingos Scarpellini, Dirceu Manfrinato, da Deputada Vera Agibert, do Deputado e Presidente, do Deputado Pirajá Ferreira, do Deputado Alexandre Ceranto.

Eu deixo de acreditar, mas acho que está na hora de alguma coisa acontecer no meu País. Se o PDS não tentou solucionar, se o PMDB está tentando e às vezes não consegue, quem poderia conseguir? O PT, o PDT, o PFL? Creio que está na hora de nos unirmos, pensarmos em alguma coisa, trocarmos idéias, não nos digladiarmos, mas nos unirmos: o PDT, o PT, o PFL, o PMDB, temos que nos dar as mãos, nós temos que buscar as soluções para este País, País que enseja que batam a minha porta, como um homem que agora há pouco, precisava entrar na TELEPAR e, por causa dos dentes, não pode ser aceito, e vem me pedir Cz\$ 2.700,00 cruzados para tratá-los, porque não tem dinheiro; em que uma mulher bate na porta do meu gabinete; levou uma facada de um assaltante em Curitiba e precisa de Cz\$ 2.000,00 para pagar o anestesista.

Oh! meu Deus! um País em que uma mãe não tem dinheiro para pagar o anestesista é porque alguma coisa vai mal. Então temos que procurar soluções. Acredito no meu

Partido, estamos tentando, lutando, Álvaro Dias também, todos nós estamos tentando, mas temos que nos unir para tentarmos procurar soluções; não da maneira como fiz, quando critiquei hoje, na televisão: estou cansado de fazer requerimentos, mandar para a Chefia da Casa Civil, e esta manda-me um bilhete; estou analisando. Estou cansado, disso, eu estou cansado de análises, e de ser analisado. Será, meu Deus, que não tem ninguém para raciocinar e ver que já chega de análises.

Temos que ter soluções práticas, e homens de brios que realmente analisem e diga: ou dá ou não dá, parando com as análises.

Por isso, que temos que somar, que procurar soluções para, realmente, fazermos deste Paraná mais forte, um País mais forte, porque se o Brasil vai mal, o Estado vai pior, se Estado for a pior, o Município pior ainda.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência concede-me um aparte?  
(Assentimento).

Agradeço a oportunidade, nobre colega Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que muito bem reconhece a grande necessidade de o povo brasileiro conquistar a democracia. E muito bem citou entre uma das grandes conquistas da democracia, um direito que ainda não temos, um direito primário que é o direito de votar.

É uma pena que na campanha por eleições diretas no passado, a força política que se compôs para via transição e via aliança democrática, não tenham essa visão conjuntural e que hoje parte dessa força está tendo. Gostaria, também de elogiar o reconhecimento dessa necessidade por Parlamentares que pertencem a essa composição da Aliança Democrática e que vem dar grande razão ao Partido dos Trabalhadores e outras forças que na época não acreditaram.

E queria dizer mais, nobre colega Luiz Carlos Alborghetti, não podemos neste momento ter a ilusão que as eleições diretas são a única solução e que vai resolver tudo. As eleições diretas ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao nobre Deputado que seu tempo está quase esgotado. Um minuto para o Senhor concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) O Deputado que usa da Tribuna, enfoca um problema dos mais importantes, interessantes, não somente para o nosso Estado, mas para o País.

Como foi concedido meia hora para o Deputado que o antecedeu, para nós, gostaria que Vossa Excelência também deferisse

mais quinze minutos para que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti possa concluir o seu raciocínio, diga-se de passagem com muito brilhantismo, onde ele propõe, inclusive, um pacto entre todos nós, Senhor Presidente, um pacto de todos os políticos da classe política, para que nos unamos para salvarmos o Estado do Paraná e esta Nação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência atendendo ao pedido do nobre Deputado Lindolfo Júnior e também uma solicitação do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que encontra-se à tribuna, esta Presidência tem a satisfação enorme de conceder a critério da mesma, por mais quinze minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Deputado queria concluir.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pode concluir.

O Sr. Pedro Tonelli - O que é preciso, é diretas, sim. Precisamos diretas o quanto antes. É muito importante que se diga que, além de eleições diretas, o que se precisa é, realmente, que construamos uma força democrática e que está surgindo aí, que é a força da população consciente, organizada, responsável, que luta, conquista e constrói os seus direitos. Dentro disso, é que o PT endossa a campanha nacional e que está na linha de frente para conduzir a campanha nacional para a conquista de eleições diretas e não só eleições diretas, pois o povo tem que reconquistar para termos democracia e comida na panela, um salário justo para todos, tem que ter trabalho para todos. Aí entra a questão da renda das empresas, da Reforma Agrária, da distribuição dos salários. Tudo isso faz parte da campanha de democratização, que é tão necessária a esta Nação.

Por isso, concordo e é preciso uma recomposição de forças, as forças democráticas de um lado e é preciso que a população participe.

Meu muito obrigado, nobre colega Luiz Carlos Alborghetti, pela oportunidade e meu muito obrigado aos colegas pela atenção.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu é que agradeço, ilustre Deputado.

Quantas vezes for necessário receber o seu aparte, sentir-me-ei honrado.

Mas, o que desabafo nesta tarde, que quantas vezes, Senhor Presidente, converso com o meu amigo Deputado Domingos Scarpellini, vejo a sua luta, suas denúncias e

sinto, Deputado Pedro Tonelli, que temos, nesta Casa, um grupo de Deputados que querem fazer uma força democrática.

Uma força que vá de encontro com os ideais da família brasileira. E acredito que algo está começando a fazer parte desta força democrática, começando a moralizar o Estado e este País.

Percebo em todos os Deputados desta Casa, uma vontade ferrenha em fazer com que nasça um Brasil novo e um Estado do Paraná novo; e este está nascendo porque Álvaro já está aí, começando o seu trabalho, através desta Reforma Administrativa.

Concedo agora o aparte ao ilustre Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Nobre Deputado, estamos ouvindo atentamente o seu pronunciamento, e queremos acrescentar que realmente Vossa Excelência trata do assunto mais sério que poderia ser tratado neste País, que é a falta de uma democracia plena, onde pudéssemos eleger de Vereador a Presidente da República; eleições livres e limpas em todos os planos. Vossa Excelência dá o seu testemunho como homem que já tem um filho de dezoito anos, portanto já cidadão deste País, que ainda não votou mas que, certamente, quando vier a votar, se continuar neste clima, será avô, como certamente será Vossa Excelência, dentro de pouco tempo e não votará para Presidente da República.

Este País, realmente, é um País do contraditório. Víamos e ouvíamos sempre que o Brasil era o País que liderava a América Latina. E, realmente, o Brasil liderou a América Latina. Deu o golpe militar em 1964, seguiu-se o golpe no Uruguai, na Argentina, no Chile e se implantou, com raras exceções, todas as ditaduras latinoamericanas, na Bolívia, inclusive, uma delas, com um dos golpes com apoio direto dos ditadores brasileiros que estavam de plantão por aqui, onde houve um saldo de vítimas com massacres a índios, a trabalhadores. Este é o País que pretende liderar a América Latina.

Um País em que o seu Ministro da Fazenda, que implanta e tenta levar à frente uma moratória, é exonerado pelos interesses dos banqueiros da "street". Este é o Brasil que, lamentavelmente, herdamos e estamos vivendo.

É preciso o espírito de denúncia, a participação popular, é necessário a Tribuna, para que possamos sair deste atoleiro em que nos envolveram ao longo desses vinte e tantos anos de ditadura militar.

O País que tem a sua grande massa obreira na fome e na miséria; 80% dos agricultores que trabalham a terra, o campo, vivem num estado permanente de miséria, de fome, à margem de todo o processo

de desenvolvimento social.

É preciso reverter, realmente, este quadro. E só iremos alcançar um Brasil melhor se houver uma participação efetiva da população nas decisões para que, efetivamente, possamos levar a todos o desenvolvimento e o progresso, que se encontra apenas em uma parcela limitada da elite que veio ao longo desses anos, dominando e impondo o seu modelo e a sua maneira de ser à grande massa que trabalha e constrói a riqueza deste País.

Ao vermos um pedreiro ao se dirigir para a construção e passar o dia todo trabalhando, ajudando a edificar e a construir uma obra que servirá para acalantar os sonhos, mas não dele, porque na verdade a maioria dos pedreiros e dos obreiros deste País não têm nem onde morar.

Estamos vivendo o ano dos sem-teto, instituído pela Organização das Nações Unidas e, no entanto, falta no Brasil mais de um milhão e oitocentas mil moradias para os trabalhadores urbanos, sem contarmos os trabalhadores do campo.

Recentemente, nobre Deputado, vimos um levantamento feito pela ONU no Brasil, em que 80% das moradias no Brasil, nem sequer banheiro tem, são verdadeiras submoradias. Vossa Excelência sabe, perfeitamente que o caminho passa pelas eleições diretas e pelos compromissos com o povo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu que agradeço.

Agora, concedo aparte ao ilustre Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Ilustre Deputado.

Nós, que conhecemos também a trajetória de Vossa Excelência, no passado, somos testemunhas da sua luta, da sua persistência e acima de tudo, em defesa dos menos favorecidos pela sorte. Se Vossa Excelência veio a esta Casa, não foi por acaso. Veio através do desprendimento, da luta e, acima de tudo, pela coragem.

Vossa Excelência representa este Parlamento, um dos Deputados mais votados deste Estado. Isso é fruto de um passado de luta e de um futuro de esperança. E este futuro de esperança está em Vossa Excelência, está neste Deputado e, quero acreditar, em todos os Parlamentares deste Poder Legislativo.

Este futuro de esperança está acima de tudo, no Governador do Paraná, Álvaro Dias, o Governo que tem dentro de si o apoio da população do nosso Estado.

Se nós, Deputados, não atrapalharmos o Governador Álvaro Dias na Reforma Administrativa do Estado, colheremos e o povo do

Paraná colherá bons frutos, que é a grande esperança, não só minha, mas de todos nós. Vou aproveitar, se o ilustre Deputado me permite, a conclusão, quando se falava nas demissões da CAFE DO PARANÁ. Eu dizia ao ilustre e brilhante Deputado Lindolfo Júnior de que as demissões ocorreram em razão da escassez do produto comercializado pela CAFE DO PARANÁ. E é óbvio e evidente que a referida é uma companhia mista. O Governo demanda 51% das suas ações, e 49% são acionistas.

Evidentemente, tem que se caminhar paralelamente como uma empresa que tenha que ter a sua sustentação, ter o seu caixa e não pode trabalhar em vermelho.

E se ocorrem estas demissões, é exatamente por essas razões, meu caro e ilustre Deputado Lindolfo Júnior, temos que lembrar, também, que quando o brilhante Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Dr. Osmar Fernandes Dias, assumiu a Presidência da CAFE DO PARANÁ, assumiu a Presidência de uma firma totalmente falida. E, se existia na época, citarei um exemplo, ilustre Deputado, não quero precisar, mas se existia trezentos funcionários no Estado, com o trabalho desenvolvido, pelo mesmo embriou-se a CAFE DO PARANÁ em vários setores, corrigindo acima de tudo a corrupção e a mordomia. E, com isto, gerou tantos e tantos empregos, sendo que isto ninguém se lembra de falar, nobre Deputado.

Ninguém se lembra de dizer que hoje a CAFE DO PARANÁ é uma das grandes empresas, dentro do Paraná, mais brasileira que, quando o ilustre Secretário, deixou a CAFE DO PARANÁ, deixou cem milhões de cruzados em caixa, quando administrava uma empresa falida.

Então, essas são as razões que trago nesta tarde, e dizer mais uma vez, se nós Deputados, não atrapalharmos, o Governador Álvaro Dias, será o grande Governador das esperanças do povo paranaense.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar, Senhor Presidente, ouvindo o que disse o Deputado Lindolfo Júnior, não é partido político que faz o verdadeiro político, que tem vergonha na cara, que não é ladrão, que não é corrupto, que não é sem-vergonha.

Não são os partidos que fazem os homens, são os homens que fazem os partidos, como diz o Deputado Dirceu Manfrinato.

Temos que acreditar em alguma forma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa ao nobre Deputado que o tempo concedido a Vossa Excelência encontra-se esgotado e concede-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Acredito que o Paraná começa agora. Vamos iniciar. Vamos formar uma força democrática, como disse o Deputado Domingos Scarpellini, bem como o Deputado Pedro Tonelli. Vamos começar com uma força, fazer com que eu, com os meus quarenta e dois anos, possa escolher o meu Presidente da República, que meu filho também tenha o direito de votar; que a Deputada Vera Agibert também, o Deputado Dirceu Manfrinato, Deputado José Felinto e os demais Pares desta Casa.

Vamos criar uma força democrática. Vamos criar o Paraná para os nossos filhos; criando o Paraná para os nossos filhos, tenho certeza e tenho fé em Deus, que Álvaro Dias dará um exemplo ao Brasil e teremos certeza absoluta que criando o Paraná do futuro, haveremos também de criar, o Brasil do futuro mas, com eleições diretas, já.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 177/86, 189/86 e 218/86.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 40/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 020/87 e do Projeto de Resolução n. 03/87.

E uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução ns 04/87, 05/87 e 06/87.

Levanta-se a sessão.



24 DE ABRIL DE 1915

# Esta data não pode ser esquecida.



Informe publicitário

MESMO QUE ACORRENTEM MEUS PÉS, AMARREM MINHAS MÃOS E  
TAPEM MINHA BOCA, MEU CORAÇÃO GRITARÁ POR LIBERDADE.

# 72 anos do massacre de 1915, praticado contra o povo armênio

COMO É DE CONHECIMENTO PÚBLICO, NO ANO DE 1915, UM MILHÃO E MEIO DE ARMÊNIOS FORAM PRIVADOS DO DIREITO MAIS ELEMENTAR DE QUALQUER SER HUMANO - O DIREITO À VIDA. ESTE HOLOCAUSTO, TAL COMO ESTÁ DEMONSTRADO EM ABUNDANTE DOCUMENTAÇÃO SOBRE A QUESTÃO, SE DEVEU A UM PLANO PRE-MEDITADO E LEVADO A CABO PELO ESTADO TURCO.

OS FATOS OCORRIDOS NAQUELA ÉPOCA, FORAM QUALIFICADOS E CONFIGURADOS COMO CRIMES CONTRA A HUMANIDADE, "LESA HUMANIDADE", CONFORME NOTAS DE PROTESTO ENVIADAS PELOS GOVERNOS DA FRANÇA, GRÁ-BRETANHA, E RÚSSIA, EM 24 DE MAIO DE 1915, AO GOVERNO TURCO, ASSIM COMO NUMEROSOS DOCUMENTOS EXISTENTES EM ARQUIVOS OFICIAIS DOS ESTADOS ENVOLVIDOS NA I GUERRA MUNDIAL. AS MATANÇAS COLETIVAS, A SUBMISSÃO A CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA SUB-HUMANAS E OUTRAS ATROCIDADES DIRIGIDAS CONTRA UM GRUPO NACIONAL ÉTNICO, RACIAL E RELIGIOSO, COM A INTENÇÃO DE DESTRUI-LO DE FORMA TOTAL OU PARCIAL, CONFIGURA, NO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO APROVADO NA CONVENÇÃO DA ONU DE 1948, EM CRIME DE GENOCÍDIO.

APESAR DAS PROVAS IRREFUTÁVEIS A RESPEITO E DOS INÚMEROS PROTES-

TOS DE GOVERNOS, INSTITUIÇÕES E PERSONALIDADES QUE LEVANTARAM SUAS VOZES EM DEFESA DO POVO ARMÊNIO, A TURQUIA NUNCA RECONHECEU QUE TAIS ACONTECIMENTOS CONSTITUÍRAM EM GENOCÍDIO.

ATENTO À CIRCUNSTÂNCIA MENCIONADA, O POVO ARMÊNIO ORIENTOU SUA AÇÃO REIVINDICATÓRIA JUNTO AOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS, PELO RECONHECIMENTO DO TRATADO DE SÉVERES, FIRMADO EM 1920, QUE DEMARCA FRONTEIRAS E DEVOLVE À ARMÊNIA PARTE DE SEU TERRITÓRIO. MAS, APESAR DA MEDIAÇÃO E DO CONSEQUENTE RECONHECIMENTO DO PRESIDENTE WILSON DOS ESTADOS UNIDOS, TAL AÇÃO FOI IGNORADA PELA TURQUIA E DEMAIS PAÍSES SINGULARES. HOJE O POVO ARMÊNIO LUTA PELO RECONHECIMENTO DE SEUS DIREITOS NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU.

ONDE ESTIVER UM SÓ CORAÇÃO ARMÊNIO, ESTARÁ A REVERÊNCIA A SEUS MÁRTIRES E A MANUTENÇÃO DE SUAS TRADIÇÕES CULTURAIS E DOGMAS RELIGIOSOS. A ARMÊNIA FOI A PRIMEIRA NAÇÃO DO MUNDO A ADOTAR O CRISTIANISMO COMO RELIGIÃO OFICIAL, NO ANO DE 301. POR ISSO, A LUTA DO POVO ARMÊNIO IRÁ ATÉ A REPARAÇÃO MORAL, INDENIZATÓRIA E TERRITORIAL DO PRIMEIRO E MAIOR ARBITRIO DO SÉCULO XX.

## COLETIVIDADE ARMÊNIA DO BRASIL

**Atas das Comissões:**

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11. LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos trinta dias do mês e março do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, contando com a presença dos Srs. Deputados Amélia Hruschka, Nelson Vasconcellos, Antônio Bárbara, Cândido Bastos, José Rogério Carvalho, Basílio Zanusso e Valderi Mendes Vilela, com a finalidade de sua instalação. De acordo com o artigo 40, parágrafo único do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Sr. Deputado Nelson Vasconcellos. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, destinados à eleição para Presidente e Vice-Presidentes. Verificada a apuração, recaiu a escolha dos nomes dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos para Presidente e Basílio Zanusso para Vice-Presidente. Usando da palavra o Sr. Presidente agradeceu a escolha de sua pessoa para a Presidência. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, indicando a funcionária Marlene Couto de Cristo para Secretária da Comissão, e eu, Marlene Couto de Cristo, lavrei a presente Ata que, após lida, será assinada por mim, pelo Sr. Presidente e pelos demais Membros da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente  
Marlene Couto de Cristo - Secretária

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11. LEGISLATURA  
PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, contando com a presença dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Cândido Bastos, José Rogério Carvalho, Basílio Zanusso, Valderi Mendes Vilela e Dirceu Manfrinato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente sessão, pedindo à Secretária a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada pelos Srs. Membros da Comissão. O Sr. Presidente informou aos Srs. Deputados que a presente reunião é para apreciação da Mensagem n. 32/87, do Poder Executivo, Projeto de Lei n. 32/87, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado. O Sr. Presidente passou a palavra ao relator do projeto, Sr. Deputado Cândido Bastos, que leu o Parecer. O Sr. Deputado José Rogério sugeriu ao Sr. Presidente que o referido projeto, devido à sua importância, deveria permanecer mais tempo na Comissão, para uma melhor apreciação da matéria, visto que, ao seu ver, caberia uma Emenda que assegurasse aos demitidos,

a possibilidade de uma futura volta. O Sr. Presidente Nelson Vasconcellos explicou aos Srs. Deputados que no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, existe uma que, baseado nessa mesma Emenda, fica assegurado ao pessoal das empresas que estão em extinção, o direito de voltar num futuro próximo. O Sr. Deputado Orlando Pessuti acha que com a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, e agora com o Parecer da Comissão de Recursos Humanos, a situação dos funcionários fica melhor esclarecida. O Sr. Deputado José Rogério diz que, na sua opinião, devem ser admitidos novamente, somente pessoas de boa qualidade e que tenham qualificação funcional. O Sr. Deputado Cândido Bastos também acha muito válida a exposição apresentada pelos Srs. Deputados. O Sr. Presidente pôs em votação o PROJETO DE LEI N. 32/87, MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 32/87. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL, POR UNANIMIDADE. - APROVADO. O Sr. Deputado Cândido Bastos agradeceu ao Sr. Presidente a confiança nele depositada, em razão de ter sido escolhido Relator de uma matéria tão importante. O Sr. Deputado Dirceu Manfrinato pediu à Secretária da Comissão, que encaminhasse ainda hoje, o Projeto, para a Comissão de Finanças. O Sr. Presidente comunicou aos Srs. Deputados que marcará, em breve, uma nova reunião, para apreciação dos projetos de lei que estão pendentes na Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião e agradeceu a presença dos Srs. Deputados, e eu, Marlene Couto de Cristo, lavrei a presente Ata que, após lida, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária da Comissão.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente  
Marlene Couto de Cristo - Secretária

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**11.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos trinta dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder sua instalação e eleger o Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental pelo Senhor Deputado Alexandre Ceranto e mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cândido Pacheco Bastos, Homero Oguido, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Kielse Crisóstomo, Rafael Greca de Macedo. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu a reunião, deixando a palavra livre. Os Srs. Deputados elegeram por unanimidade o Sr. Deputado Kielse Crisóstomo para Presidente e o Sr. Deputado Cândido Pacheco Bastos para Vice-Presidente, seguindo-se a posse. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente

declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim Wilson Penka, Secretário, designado pelo Sr. Presidente da Comissão.

(aa) ALEXANDRE CERANTO - Presidente

Wilson Penka - Secretário

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

KIELSE CRISÓSTOMO

CÂNDIDO PACHECO BASTOS

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Ilegível

#### CONVOCAÇÃO

Nos termos do Artigo 40, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, CONVOCO os Srs. Deputados membros desta Comissão de Finanças, para uma reunião a ser realizada no dia 30 de março do corrente ano, na sala de Reunião das Comissões, após reunião Plenária, com o fim específico de sua instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.

Curitiba, 27 de março de 1987.

(a) Deputado ALEXANDRE CERANTO

Deputados: CÂNDIDO PACHECO BASTOS, HOMERO OGUIDO, JOSÉ AFONSO JÚNIOR, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, KIELSE CRISÓSTOMO, ALEXANDRE CERANTO e RAFAEL GRECA DE MACEDO.

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e sete, com a presença dos Srs. Deputados, Antônio Bárbara, José Rogério Carvalho, Nelson Vasconcelos, Nereu Carlos Massignan, Sabino Campos, João Arruda e Algaci Túlio, reuniu-se a Comissão de Indústria e Comércio, na sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma regimental de acordo com o artigo 40 parágrafo único do Regimento Interno, o Sr. Deputado Nelson Vasconcellos. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Srs. Deputados Antônio Bárbara e José Rogério Carvalho, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumiu o cargo para o qual foi eleito o Sr. Deputado Antônio Bárbara, agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Sr. Presidente após determinar que esta Comissão se reunirá de acordo com o que diz o Regimento Interno desta Casa, indica a funcionária Angelina Garcia

Pacheco, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1987.

(aa) ANTÔNIO BÁRBARA - Presidente

Angelina Garcia Pacheco - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado José Afonso Júnior, constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Rafael G. de Macedo apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE LEI N. 298/86 E 40/87, e PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 02/87, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente  
Severo O. Sotto Maior - Secretário.

#### Atos da Diretoria Geral:

##### PORTARIA N. 79/87

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista que consta do Processo Protocolado sob o n. 2660, de 22 de abril de 1987, deste Poder,

#### R E S O L V E:

Constituir Comissão de Sindicância composta pelos funcionários JOSÉ ARI NASSIF, ANTÔNIO GULBINO e AYRTON ALVES ARANHA, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para, sob a presidência do primeiro, apurarem os desaparecimentos dos equipamentos de som eletrônicos dos dois Auditórios do Prédio TANCREDO NEVES, conforme denúncia da Diretoria de Assistência ao Plenário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.04.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral